

Índice

Dados da Empresa

Composição do Capital	1
-----------------------	---

DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	2
---------------------------	---

Balanço Patrimonial Passivo	3
-----------------------------	---

Demonstração do Resultado	4
---------------------------	---

Demonstração do Resultado Abrangente	5
--------------------------------------	---

Demonstração do Fluxo de Caixa	6
--------------------------------	---

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2013 à 30/06/2013	7
--------------------------------	---

DMPL - 01/01/2012 à 30/06/2012	8
--------------------------------	---

Demonstração do Valor Adicionado	9
----------------------------------	---

DFs Consolidadas

Balanço Patrimonial Ativo	10
---------------------------	----

Balanço Patrimonial Passivo	11
-----------------------------	----

Demonstração do Resultado	13
---------------------------	----

Demonstração do Resultado Abrangente	14
--------------------------------------	----

Demonstração do Fluxo de Caixa	15
--------------------------------	----

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2013 à 30/06/2013	16
--------------------------------	----

DMPL - 01/01/2012 à 30/06/2012	17
--------------------------------	----

Demonstração do Valor Adicionado	18
----------------------------------	----

Comentário do Desempenho	19
--------------------------	----

Notas Explicativas	25
--------------------	----

Outras Informações que a Companhia Entenda Relevantes	84
---	----

Pareceres e Declarações

Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva	89
--	----

Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras	91
---	----

Declaração dos Diretores sobre o Relatório dos Auditores Independentes	92
--	----

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Mil)	Trimestre Atual 30/06/2013
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	15.527
Preferenciais	23.044
Total	38.571
Em Tesouraria	
Ordinárias	0
Preferenciais	0
Total	0

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/06/2013	Exercício Anterior 31/12/2012
1	Ativo Total	1.725.312	1.789.994
1.01	Ativo Circulante	37.816	41.732
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	23.543	37.869
1.01.06	Tributos a Recuperar	2.649	2.835
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	2.649	2.835
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	11.624	1.028
1.01.08.03	Outros	11.624	1.028
1.01.08.03.01	Dividendos a Receber	1.037	1.028
1.01.08.03.03	Outros Créditos	10.587	0
1.02	Ativo Não Circulante	1.687.496	1.748.262
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	114.110	124.343
1.02.01.01	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo	55.198	55.198
1.02.01.01.01	Títulos para Negociação	54.981	54.981
1.02.01.01.02	Títulos Disponíveis para Venda	217	217
1.02.01.06	Tributos Diferidos	23.864	23.864
1.02.01.06.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	23.864	23.864
1.02.01.08	Créditos com Partes Relacionadas	26.149	36.472
1.02.01.08.03	Créditos com Controladores	4.262	4.262
1.02.01.08.04	Créditos com Outras Partes Relacionadas	21.887	32.210
1.02.01.09	Outros Ativos Não Circulantes	8.899	8.809
1.02.01.09.03	Depósitos Judiciais	8.899	8.809
1.02.02	Investimentos	1.564.831	1.615.334
1.02.02.01	Participações Societárias	1.564.831	1.615.334
1.02.02.01.01	Participações em Coligadas	27.209	32.535
1.02.02.01.02	Participações em Controladas	1.419.090	1.467.475
1.02.02.01.03	Participações em Controladas em Conjunto	118.532	115.324
1.02.03	Imobilizado	62	62
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	62	62
1.02.04	Intangível	8.493	8.523
1.02.04.01	Intangíveis	8.493	8.523
1.02.04.01.01	Contrato de Concessão	8.493	8.523

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/06/2013	Exercício Anterior 31/12/2012
2	Passivo Total	1.725.312	1.789.994
2.01	Passivo Circulante	2.941	4.730
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	718	636
2.01.01.01	Obrigações Sociais	718	636
2.01.01.01.01	Encargos Sociais	718	636
2.01.02	Fornecedores	400	1.409
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	400	1.409
2.01.03	Obrigações Fiscais	1.020	1.988
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	1.019	1.988
2.01.03.01.02	Outras Obrigações Fiscais Federais	1.019	1.988
2.01.03.03	Obrigações Fiscais Municipais	1	0
2.01.05	Outras Obrigações	803	697
2.01.05.02	Outros	803	697
2.01.05.02.01	Dividendos e JCP a Pagar	424	426
2.01.05.02.04	Outros Passivos Circulantes	362	257
2.01.05.02.05	Obrigações com Benefícios a Empregados	17	14
2.02	Passivo Não Circulante	7.890	7.931
2.02.02	Outras Obrigações	0	41
2.02.02.02	Outros	0	41
2.02.02.02.03	Obrigações Fiscais Federais	0	41
2.02.04	Provisões	7.890	7.890
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	1.263	1.263
2.02.04.01.01	Provisões Fiscais	1.263	1.263
2.02.04.02	Outras Provisões	6.627	6.627
2.02.04.02.04	Provisões Regulatórias	6.627	6.627
2.03	Patrimônio Líquido	1.714.481	1.777.333
2.03.01	Capital Social Realizado	1.017.700	1.017.700
2.03.02	Reservas de Capital	316	316
2.03.02.06	Adiantamento para Futuro Aumento de Capital	316	316
2.03.04	Reservas de Lucros	740.203	740.203
2.03.04.01	Reserva Legal	102.489	102.489
2.03.04.05	Reserva de Retenção de Lucros	637.714	637.714
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	-46.886	0
2.03.06	Ajustes de Avaliação Patrimonial	3.148	19.114

DFs Individuais / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/04/2013 à 30/06/2013	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2013 à 30/06/2013	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/04/2012 à 30/06/2012	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2012 à 30/06/2012
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	117.186	-64.548	-67.527	8.942
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-8.933	-17.697	-5.187	-9.459
3.04.06	Resultado de Equivalência Patrimonial	126.119	-46.851	-62.340	18.401
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	117.186	-64.548	-67.527	8.942
3.06	Resultado Financeiro	689	1.696	2.320	4.598
3.06.01	Receitas Financeiras	1.072	2.462	2.702	5.363
3.06.02	Despesas Financeiras	-383	-766	-382	-765
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	117.875	-62.852	-65.207	13.540
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	117.875	-62.852	-65.207	13.540
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	117.875	-62.852	-65.207	13.540
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)				
3.99.01	Lucro Básico por Ação				
3.99.01.01	ON	2,88370	-1,53760	-1,59520	0,33130
3.99.01.02	PN	3,17210	-1,69140	-1,75480	0,36440
3.99.02	Lucro Diluído por Ação				
3.99.02.01	ON	2,88370	-1,53760	-1,59520	0,33130
3.99.02.02	PN	3,17210	-1,69140	-1,75480	0,36440

DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/04/2013 à 30/06/2013	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2013 à 30/06/2013	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/04/2012 à 30/06/2012	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2012 à 30/06/2012
4.01	Lucro Líquido do Período	117.875	-62.852	-65.207	13.540
4.03	Resultado Abrangente do Período	117.875	-62.852	-65.207	13.540

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2013 à 30/06/2013	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2012 à 30/06/2012
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	-13.943	-7.076
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	-16.916	-6.937
6.01.01.01	Resultado antes do IR e da CSLL	-62.852	13.540
6.01.01.02	Depreciação e Amortização	763	763
6.01.01.03	Resultado de Equivalência Patrimonial	46.851	-18.401
6.01.01.05	Despesa com Juros e Variações Monetárias	-1.678	-2.839
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	2.973	-139
6.01.02.01	Contas a Receber	0	332
6.01.02.02	Outros Ativos	23	-50
6.01.02.04	Fornecedores	3.673	1.349
6.01.02.05	Salários e Encargos	82	272
6.01.02.06	Tributos a pagar	-823	-1.191
6.01.02.09	Depósitos Judiciais	-90	-858
6.01.02.10	Outros Passivos	108	7
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-12.381	73.031
6.02.02	Aumento de Capital em Controladas	-11.000	-6.000
6.02.03	Partes Relacionadas	-15.300	0
6.02.04	Dividendos Recebidos	13.919	79.031
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	11.998	-65.474
6.03.01	Partes Relacionadas	12.000	12.000
6.03.02	Dividendos Pagos	-2	-77.474
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	-14.326	481
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	37.869	37.880
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	23.543	38.361

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2013 à 30/06/2013**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	1.017.700	316	740.203	0	19.114	1.777.333
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	1.017.700	316	740.203	0	19.114	1.777.333
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	-46.886	-15.966	-62.852
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	-62.852	0	-62.852
5.05.03	Reclassificações para o Resultado	0	0	0	15.966	-15.966	0
5.05.03.02	Realização de Custo Atribuído	0	0	0	15.966	-15.966	0
5.07	Saldos Finais	1.017.700	316	740.203	-46.886	3.148	1.714.481

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2012 à 30/06/2012**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	1.017.700	316	1.016.779	0	249.295	2.284.090
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	1.017.700	316	1.016.779	0	249.295	2.284.090
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	-15.385	0	0	-15.385
5.04.06	Dividendos	0	0	-15.385	0	0	-15.385
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	15.751	-2.211	13.540
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	13.540	0	13.540
5.05.03	Reclassificações para o Resultado	0	0	0	2.211	-2.211	0
5.05.03.02	Realização de Custo Atribuído	0	0	0	2.211	-2.211	0
5.07	Saldos Finais	1.017.700	316	1.001.394	15.751	247.084	2.282.245

DFs Individuais / Demonstração do Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2013 à 30/06/2013	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2012 à 30/06/2012
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-4.411	458
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-4.411	458
7.03	Valor Adicionado Bruto	-4.411	458
7.04	Retenções	-763	-763
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-763	-763
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	-5.174	-305
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	-44.389	23.764
7.06.01	Resultado de Equivalência Patrimonial	-46.851	18.401
7.06.02	Receitas Financeiras	2.462	5.363
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	-49.563	23.459
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	-49.563	23.459
7.08.01	Pessoal	13.091	9.756
7.08.01.01	Remuneração Direta	13.091	9.756
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	195	161
7.08.02.01	Federais	195	161
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	3	2
7.08.03.01	Juros	3	2
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	-62.852	13.540
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	-62.852	13.540

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/06/2013	Exercício Anterior 31/12/2012
1	Ativo Total	5.675.766	5.343.256
1.01	Ativo Circulante	1.873.243	1.312.037
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	473.303	172.740
1.01.02	Aplicações Financeiras	0	16.343
1.01.02.01	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo	0	16.343
1.01.02.01.01	Títulos para Negociação	0	16.343
1.01.03	Contas a Receber	737.964	990.364
1.01.03.01	Clientes	597.480	745.211
1.01.03.01.01	Clientes	948.467	1.219.463
1.01.03.01.02	Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	-350.987	-474.252
1.01.03.02	Outras Contas a Receber	140.484	245.153
1.01.04	Estoques	12.376	14.759
1.01.06	Tributos a Recuperar	39.484	92.093
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	39.484	92.093
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	610.116	25.738
1.01.08.03	Outros	610.116	25.738
1.01.08.03.01	Dividendos a Receber	1.037	1.037
1.01.08.03.03	Outros Créditos	39.572	24.701
1.01.08.03.04	Recursos da CDE para Cobertura de CVA	569.507	0
1.02	Ativo Não Circulante	3.802.523	4.031.219
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	3.062.313	3.232.667
1.02.01.01	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo	55.198	55.198
1.02.01.01.01	Títulos para Negociação	54.981	54.981
1.02.01.01.02	Títulos Disponíveis para Venda	217	217
1.02.01.03	Contas a Receber	50.537	102.465
1.02.01.03.01	Clientes	47.355	100.442
1.02.01.03.02	Outras Contas a Receber	3.182	2.023
1.02.01.06	Tributos Diferidos	279.127	494.175
1.02.01.06.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	279.127	494.175
1.02.01.08	Créditos com Partes Relacionadas	26.149	36.472
1.02.01.08.03	Créditos com Controladores	4.262	4.262
1.02.01.08.04	Créditos com Outras Partes Relacionadas	21.887	32.210
1.02.01.09	Outros Ativos Não Circulantes	2.651.302	2.544.357
1.02.01.09.03	Tributos a Recuperar	20.275	14.060
1.02.01.09.04	Depósitos Judiciais	135.191	139.623
1.02.01.09.05	Ativo Indenizatório - Concessão	2.495.836	2.390.674
1.02.02	Investimentos	175.375	168.062
1.02.02.01	Participações Societárias	175.375	168.062
1.02.02.01.01	Participações em Coligadas	56.843	52.738
1.02.02.01.04	Outras Participações Societárias	118.532	115.324
1.02.03	Imobilizado	253.601	255.293
1.02.04	Intangível	311.234	375.197
1.02.04.01	Intangíveis	311.234	375.197
1.02.04.01.01	Contrato de Concessão	299.188	363.953
1.02.04.01.02	Outros Intangíveis	12.046	11.244

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/06/2013	Exercício Anterior 31/12/2012
2	Passivo Total	5.675.766	5.343.256
2.01	Passivo Circulante	1.316.107	1.305.698
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	107.612	115.427
2.01.02	Fornecedores	546.637	703.281
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	546.637	703.281
2.01.03	Obrigações Fiscais	101.511	89.725
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	46.203	44.720
2.01.03.01.01	Imposto de Renda e Contribuição Social a Pagar	5.190	10.921
2.01.03.01.02	PIS/COFINS	32.588	22.747
2.01.03.01.03	Outros	8.425	11.052
2.01.03.02	Obrigações Fiscais Estaduais	54.911	45.005
2.01.03.03	Obrigações Fiscais Municipais	397	0
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	178.685	81.064
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	176.072	81.064
2.01.04.01.01	Em Moeda Nacional	176.072	81.064
2.01.04.02	Debêntures	2.613	0
2.01.05	Outras Obrigações	281.264	185.241
2.01.05.01	Passivos com Partes Relacionadas	9.812	14.538
2.01.05.01.04	Débitos com Outras Partes Relacionadas	9.812	14.538
2.01.05.02	Outros	271.452	170.703
2.01.05.02.01	Dividendos e JCP a Pagar	424	426
2.01.05.02.04	Taxas Regulamentares	80.795	122.891
2.01.05.02.05	Outros Passivos Circulantes	190.233	47.386
2.01.06	Provisões	100.398	130.960
2.01.06.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	100.398	130.960
2.01.06.01.03	Provisões para Benefícios a Empregados	100.398	130.960
2.02	Passivo Não Circulante	2.645.178	2.260.225
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	559.215	257.046
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	260.995	257.046
2.02.01.01.01	Em Moeda Nacional	260.995	257.046
2.02.01.02	Debêntures	298.220	0
2.02.02	Outras Obrigações	212.812	191.700
2.02.02.02	Outros	212.812	191.700
2.02.02.02.03	Obrigações Fiscais Federais	0	41
2.02.02.02.04	Taxas Regulamentares	210.337	189.184
2.02.02.02.05	Outros Passivos Não Circulantes	2.475	2.475
2.02.03	Tributos Diferidos	24.968	28.404
2.02.03.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	24.968	28.404
2.02.04	Provisões	1.848.183	1.783.075
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	1.803.370	1.747.511
2.02.04.01.01	Provisões Fiscais	29.522	29.525
2.02.04.01.02	Provisões Previdenciárias e Trabalhistas	76.324	44.822
2.02.04.01.03	Provisões para Benefícios a Empregados	1.361.117	1.356.430
2.02.04.01.04	Provisões Cíveis	336.407	316.734
2.02.04.02	Outras Provisões	44.813	35.564
2.02.04.02.04	Provisões Regulatórias	44.813	35.564

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/06/2013	Exercício Anterior 31/12/2012
2.03	Patrimônio Líquido Consolidado	1.714.481	1.777.333
2.03.01	Capital Social Realizado	1.017.700	1.017.700
2.03.02	Reservas de Capital	316	316
2.03.02.06	Adiantamento para Futuro Aumento de Capital	316	316
2.03.04	Reservas de Lucros	740.203	740.203
2.03.04.01	Reserva Legal	102.489	102.489
2.03.04.05	Reserva de Retenção de Lucros	637.714	637.714
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	-46.886	0
2.03.06	Ajustes de Avaliação Patrimonial	3.148	19.114

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/04/2013 à 30/06/2013	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2013 à 30/06/2013	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/04/2012 à 30/06/2012	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2012 à 30/06/2012
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	1.087.962	2.366.681	992.887	2.110.876
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-579.847	-1.870.465	-974.799	-1.846.024
3.03	Resultado Bruto	508.115	496.216	18.088	264.852
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-179.043	-373.228	-125.331	-268.729
3.04.01	Despesas com Vendas	-69.195	-107.342	-34.076	-85.821
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-98.599	-194.966	-75.955	-154.605
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	-16.720	-83.226	-18.720	-37.591
3.04.06	Resultado de Equivalência Patrimonial	5.471	12.306	3.420	9.288
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	329.072	122.988	-107.243	-3.877
3.06	Resultado Financeiro	19.720	29.262	8.593	24.232
3.06.01	Receitas Financeiras	44.422	72.735	30.707	66.476
3.06.02	Despesas Financeiras	-24.702	-43.473	-22.114	-42.244
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	348.792	152.250	-98.650	20.355
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-230.917	-215.102	33.443	-6.815
3.08.01	Corrente	-450	-3.425	34.815	-7.032
3.08.02	Diferido	-230.467	-211.677	-1.372	217
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	117.875	-62.852	-65.207	13.540
3.11	Lucro/Prejuízo Consolidado do Período	117.875	-62.852	-65.207	13.540
3.11.01	Atribuído a Sócios da Empresa Controladora	117.875	-62.852	-65.207	13.540
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)				
3.99.01	Lucro Básico por Ação				
3.99.01.01	ON	2,88370	-1,53760	-1,59520	0,33130
3.99.01.02	PN	3,17210	-1,69140	-1,75480	0,36440
3.99.02	Lucro Diluído por Ação				
3.99.02.01	ON	2,88370	-1,53760	-1,59520	0,33130
3.99.02.02	PN	3,17210	-1,69140	-1,75480	0,36440

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado Abrangente**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/04/2013 à 30/06/2013	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2013 à 30/06/2013	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/04/2012 à 30/06/2012	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2012 à 30/06/2012
4.01	Lucro Líquido Consolidado do Período	117.875	-62.852	-65.207	13.540
4.03	Resultado Abrangente Consolidado do Período	117.875	-62.852	-65.207	13.540
4.03.01	Atribuído a Sócios da Empresa Controladora	117.875	-62.852	-65.207	13.540

DFs Consolidadas / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2013 à 30/06/2013	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2012 à 30/06/2012
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	4.956	158.829
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	363.154	175.027
6.01.01.01	Resultado antes do IRPJ e da CSLL	152.250	20.355
6.01.01.02	Depreciação e Amortização	102.928	81.062
6.01.01.03	Ganho ou Perda na Alienação de Ativo Imobilizado e Intangível	17.405	29.153
6.01.01.04	Resultado da Equivalência Patrimonial	-12.306	-9.288
6.01.01.05	Rendimentos não Realizados de Investimentos e Juros a Receber	0	-712
6.01.01.06	Despesas com Juros e Variações Monetárias	16.453	11.172
6.01.01.08	IRPJ e CSLL Pagos	-9.156	-15.441
6.01.01.09	Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	11.421	27.543
6.01.01.10	Juros Pagos	-14.696	-11.455
6.01.01.11	Contingências	60.421	15.269
6.01.01.17	Atualização Ativo Financeiro - VNR	-11.675	0
6.01.01.18	Realização de Provisão para Perdas	-14.081	0
6.01.01.19	Despesa Atuarial	64.190	27.369
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-358.198	-16.198
6.01.02.02	Contas a Receber	294.066	-2.267
6.01.02.03	Outros Ativos	-585.537	-7.571
6.01.02.04	Depósitos Judiciais	4.432	-7.401
6.01.02.05	Fornecedores	-156.644	53.614
6.01.02.06	Salários e Encargos Sociais	-7.801	8.040
6.01.02.07	Tributos a Pagar	17.476	-43.120
6.01.02.08	Taxas Regulamentares	-20.943	18.553
6.01.02.09	Tributos a Recuperar	46.394	8.096
6.01.02.10	Outras Variações nos Ativos e Passivos	138.041	11.472
6.01.02.12	Estoques	2.383	2.449
6.01.02.15	Obrigações com Benefícios a Empregados	-90.065	-58.063
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-126.037	-144.952
6.02.01	Aquisições de Bens do Ativo Imobilizado e Intangível	-133.351	-148.067
6.02.05	Dividendos Recebidos	13.919	5.702
6.02.06	Integralização de Capital de Partes Relacionadas	-6.605	-2.587
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	421.644	-117.710
6.03.02	Partes Relacionadas	12.000	12.000
6.03.03	Amortização de Empréstimos	-234.919	-100.228
6.03.04	Ingressos de Empréstimos	330.367	47.992
6.03.05	Dividendos Pagos	-2	-77.474
6.03.07	Resgate de Fundo de Investimentos	16.343	0
6.03.08	Debêntures	300.000	0
6.03.19	Custo de Captação de Debêntures	-2.145	0
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	300.563	-103.833
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	172.740	428.754
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	473.303	324.921

DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2013 à 30/06/2013**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	1.017.700	316	740.203	0	19.114	1.777.333	0	1.777.333
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	1.017.700	316	740.203	0	19.114	1.777.333	0	1.777.333
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	-46.886	-15.966	-62.852	0	-62.852
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	-62.852	0	-62.852	0	-62.852
5.05.03	Reclassificações para o Resultado	0	0	0	15.966	-15.966	0	0	0
5.05.03.02	Realização de Custo Atribuído	0	0	0	15.966	-15.966	0	0	0
5.07	Saldos Finais	1.017.700	316	740.203	-46.886	3.148	1.714.481	0	1.714.481

DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2012 à 30/06/2012**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	1.017.700	316	1.016.779	0	249.295	2.284.090	0	2.284.090
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	1.017.700	316	1.016.779	0	249.295	2.284.090	0	2.284.090
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	-15.385	0	0	-15.385	0	-15.385
5.04.06	Dividendos	0	0	-15.385	0	0	-15.385	0	-15.385
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	15.751	-2.211	13.540	0	13.540
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	13.540	0	13.540	0	13.540
5.05.03	Reclassificações para o Resultado	0	0	0	2.211	-2.211	0	0	0
5.05.03.02	Realização de Custo Atribuído	0	0	0	2.211	-2.211	0	0	0
5.07	Saldos Finais	1.017.700	316	1.001.394	15.751	247.084	2.282.245	0	2.282.245

DFs Consolidadas / Demonstração do Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2013 à 30/06/2013	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2012 à 30/06/2012
7.01	Receitas	3.278.425	3.366.848
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	3.166.849	3.249.929
7.01.03	Receitas refs. à Construção de Ativos Próprios	122.997	144.462
7.01.04	Provisão/Reversão de Créds. Liquidação Duvidosa	-11.421	-27.543
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-1.843.855	-1.742.690
7.02.01	Custos Prods., Mercs. e Servs. Vendidos	-1.513.276	-1.478.548
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-207.582	-119.680
7.02.04	Outros	-122.997	-144.462
7.02.04.01	Custos refs. à construção de Ativos Permanentes	-122.997	-144.462
7.03	Valor Adicionado Bruto	1.434.570	1.624.158
7.04	Retenções	-88.847	-81.062
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-102.928	-81.062
7.04.02	Outras	14.081	0
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	1.345.723	1.543.096
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	85.041	75.764
7.06.01	Resultado de Equivalência Patrimonial	12.306	9.288
7.06.02	Receitas Financeiras	72.735	66.476
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	1.430.764	1.618.860
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	1.430.764	1.618.860
7.08.01	Pessoal	312.609	273.479
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	1.138.267	1.290.330
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	42.740	41.511
7.08.03.01	Juros	42.740	41.511
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	-62.852	13.540
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	-62.852	13.540

Comentário do Desempenho



1. Investimentos

Os investimentos realizados em imobilizado, intangível e participações em PCHs pelo Grupo Celesc no primeiro semestre de 2013 chegou a R\$153,3 milhões ante R\$161,9 milhões em 2012, sendo 5,32% inferior ao mesmo período do ano anterior, conforme evidenciado no quadro a seguir:

Investimento	30.06.2013		30.06.2012		Análise Horizontal (%)
	R\$	%	R\$	%	
Distribuição de Energia Elétrica	135.883	88,61	149.128	92,08	-8,88
Geração de Energia Elétrica	17.461	11,39	12.826	7,92	36,14
Total	153.344	100	161.954	100	-5,32

As ações preferenciais da Celesc (CLSC4) fecharam o segundo trimestre de 2013 com queda de 12,18%, enquanto as ações ordinárias (CLSC3) tiveram um acréscimo de 5,41% no mesmo período. O Índice Bovespa – IBOVESPA apresentou queda de 15,78%, e o Índice de Energia Elétrica – IEE desvalorizou-se em 11,76%.

O quadro a seguir apresenta as cotações finais em 30 de junho de 2013 e respectivas variações percentuais das ações da Celesc e dos principais indicadores de mercado:

	Fechamento 30/06/2013	Desempenho *	
		Variação %	
		2º TRI 2013	6M 2013
Celesc PN	R\$20,99	-12,18%	-22,26%
Celesc ON	R\$39,00	5,41%	5,41%
IBOVESPA	47.457	-15,78%	-22,14%
IEE	25.407	-8,44%	-11,76%

Fonte: DEF/DPRI

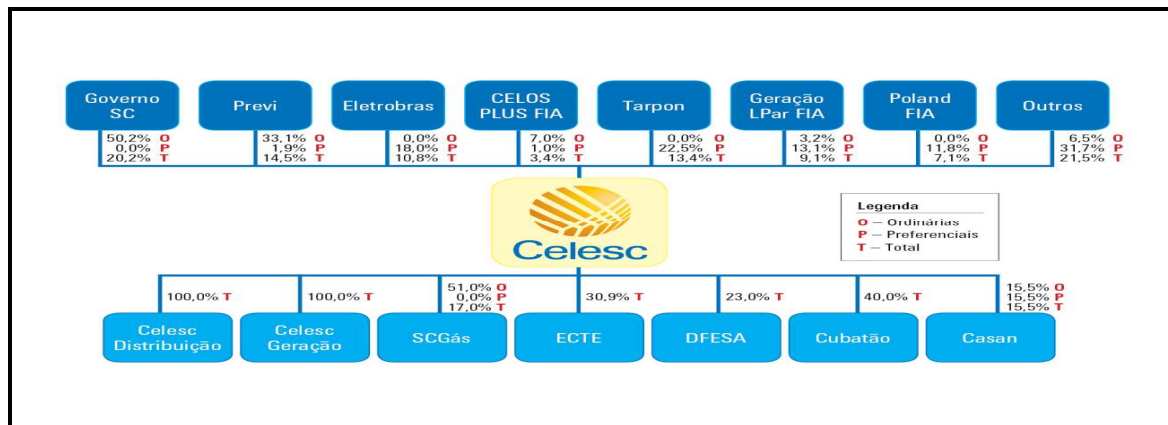
*cotações sem ajuste a proventos

3. Valor de Mercado da Ação

Os valores de mercado das ações da Celesc, em 30 de junho de 2013, conforme quadro demonstrado acima segue: R\$39,00 para cada Ação Ordinária – ON e R\$20,99 para cada Ação Preferencial – PN.

Seu acionista majoritário é o Estado de Santa Catarina, detentor de 50,2% das ações ordinárias da Companhia, correspondentes a 20,2% do Capital Total. A estrutura acionária e societária da Celesc, em 30 de junho de 2013 está apresentada no gráfico a seguir:

Comentário do Desempenho

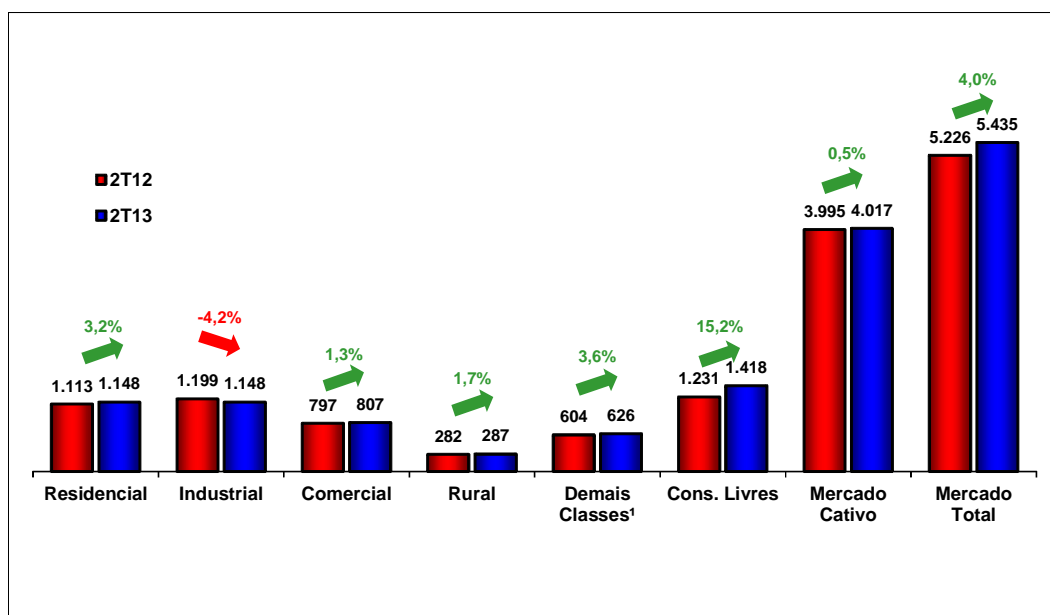


4. Recursos Humanos

O grupo Celesc encerrou no primeiro semestre de 2013, com um quadro funcional de 3.130 empregados. O total de empregados representa um decréscimo de 13,96% em relação ao mesmo período do ano anterior (3.638 empregados), em função da saída de funcionários no PDV (vide Nota Explicativa 24d).

5. Balanço Energético

No segundo trimestre de 2013, a energia fornecida pela Celesc D, para o mercado cativo, teve aumento de 0,5% em comparação com o mesmo período do ano anterior, atingindo 4.017 GWh. Com relação ao mercado total (incluindo consumidores livres), o crescimento foi de 4,0%, atingindo 5.435 GWh.



Fonte: DCL/DPCM/DVME

Nota: Demais Classes¹ = Poder Público + Iluminação Pública + Serviço Público + Revenda.

Não considera consumo próprio.

Comentário do Desempenho



6. Mercado de Energia Elétrica

Descrição	2 trim 2013 trim	2 trim 2012 trim	Variação Vertical		Variação Horizontal
			2 trim 2013 trim	2 trim 2012 trim	13-12 trim
Receita de Vendas por Classe de Consumo em R\$ mil (Líquido de ICMS)					
Residencial	292.485	359.753	33,6%	34,0%	-18,7%
Industrial	255.817	316.766	29,4%	29,9%	-19,2%
Comercial	193.388	231.831	22,2%	21,9%	-16,6%
Rural	43.935	51.904	5,1%	4,9%	-15,4%
Poder Público	26.291	32.143	3,0%	3,0%	-18,2%
Iluminação Pública	18.146	21.765	2,1%	2,1%	-16,6%
Serviço Público	15.101	17.204	1,7%	1,6%	-12,2%
Subtotal	845.163	1.031.367	97,1%	97,4%	-18,1%
Suprimento	25.492	26.964	2,9%	2,6%	-5,5%
TOTAL	870.655	1.058.331	100%	100%	-17,7%
Consumo por Classe em MWh					
Residencial	1.148.378	1.113.251	28,6%	27,6%	3,2%
Industrial	1.148.402	1.199.246	28,6%	29,7%	-4,2%
Comercial	807.445	796.798	20,1%	19,8%	1,3%
Rural	287.059	282.344	7,1%	7,0%	1,7%
Poder Público	96.399	95.442	2,4%	2,4%	1,0%
Iluminação Pública	134.116	131.324	3,3%	3,3%	2,1%
Serviço Público	77.499	73.923	1,9%	1,8%	4,8%
Subtotal	3.699.298	3.692.328	92,1%	91,6%	0,2%
Suprimento	317.577	337.863	7,9%	8,4%	-6,0%
TOTAL	4.016.875	4.030.191	100%	100%	-0,3%
Preço Médio Unitário do MWh em R\$					
Residencial	254,69	323,16	121,1%	126,3%	-21,2%
Industrial	222,76	264,14	105,9%	103,2%	-15,7%
Comercial	239,51	290,95	113,8%	113,7%	-17,7%
Rural	153,05	183,83	72,7%	71,8%	-16,7%
Poder Público	272,73	336,78	129,6%	131,6%	-19,0%
Iluminação Pública	135,30	165,74	64,3%	64,8%	-18,4%
Serviço Público	194,85	232,73	92,6%	90,9%	-16,3%
Subtotal	228,47	279,33	108,6%	109,2%	-18,2%
Suprimento	80,27	79,81	38,2%	31,2%	0,6%
TOTAL	210,40	255,91	100%	100%	-17,8%

7. Desempenho Econômico Financeiro

O Prejuízo Líquido do primeiro semestre de 2013, apresentado pela Companhia, em 30 de junho, foi de R\$62,9 milhões, que representa queda severa de 564,19%, se comparado ao mesmo período de 2012, sendo Lucro Líquido de R\$13,5 milhões.

Por meio dos indicadores econômicos, as informações consolidadas do desempenho da Companhia em 30 de junho de 2013 em relação ao mesmo período do ano anterior, são as seguintes:

Comentário do Desempenho



Dados Econômico-Financeiros	30 de junho 2013	30 de junho 2012	AH
Receita Operacional Bruta	3.289.846	3.394.391	-3,08%
Receita Operacional Líquida	2.366.681	2.110.876	12,12%
Resultado das Atividades	122.988	(3.877)	-3272,25%
EBITDA	225.096	76.762	193,24%
Margem EBITDA (EBITDA/ROL)	9,51%	3,64%	5,87 p.p
Margem Líquida (LL/ROL)	-2,66%	0,64%	-3,30 p.p
Resultado Financeiro	29.262	24.232	20,76%
Ativo Total	5.675.766	5.137.382	10,48%
Imobilizado	253.601	358.470	-29,25%
Patrimônio Líquido	1.714.481	2.172.686	-21,09%
Lucro/Prejuízo Líquido	(62.852)	13.540	-564,19%

p.p – Pontos Percentuais

O Grupo Celesc encerrou o segundo trimestre de 2013 com uma Receita Operacional Bruta de R\$3.289,8 milhões, queda de 3,08% em relação a 2012 num valor de R\$3.394,4 milhões, enquanto a Receita Operacional Líquida evoluiu 12,12%, no segundo trimestre de 2013 foi de R\$2.366,7 milhões e no mesmo período de 2012 foi de R\$2.110,9 milhões.

O EBITDA no segundo trimestre de 2013 atingiu o valor de R\$225,1 milhões e a Margem EBITDA passou de 3,64% no segundo trimestre de 2012 para 9,51% em 2013.

A movimentação do Lucro/Prejuízo Líquido antes dos Juros, Impostos, Resultado Financeiro e Depreciação/Amortização – EBITDA está detalhada a seguir:

Conciliação do EBITDA - R\$ MIL	30 de junho 2013	30 de junho 2012
Lucro/Prejuízo Líquido	(62.852)	13.540
IRPJ e CSLL Corrente e Diferido	215.102	6.815
Resultado Financeiro	(29.262)	(24.232)
Depreciação/Amortização	102.108	80.639
EBITDA	225.096	76.762

8. Composição Acionária

O Capital Social da Celesc atualizado, subscrito e integralizado, é de R\$1.017,7 milhões, representado por 38.571.591 Ações Nominativas, sem valor nominal, sendo 15.527.137 ações ordinárias (40,26%) com direito a voto e 23.044.454 Ações Preferenciais (59,74%), também nominativas. As Ações Preferenciais têm prioridade no recebimento de dividendos à base de 25%, não cumulativos.

A composição acionária, em número de ações dos acionistas com mais de 5% de qualquer espécie ou classe, está representada conforme o quadro a seguir:

Comentário do Desempenho



Celesc
Centrais Elétricas de Santa Catarina S.A.

Acionista	Base Acionária em 30.06.2013					
	Ações Ordinárias		Ações Preferenciais		Total	
	Quantidade	%	Quantidade	%	Quantidade	%
Estado de Santa Catarina	7.791.010	50,17	191	-	7.791.201	20,20
PREVI	5.140.868	33,11	437.807	1,90	5.578.675	14,46
Celos	1.092.474	7,04	230.800	1,00	1.323.274	3,43
Fundo de Investimentos Geração Futuro	498.600	3,21	2.512.000	10,90	3.010.600	7,81
Centrais Elétricas Brasileiras - Eletrobras*	4.233	0,03	4.142.774	17,98	4.147.007	10,75
Fundo de Investimentos Tarpon	-	-	5.177.623	22,47	5.177.623	13,42
MCAP Poland FIA	-	-	2.817.800	12,23	2.817.800	7,31
Outros	999.452	6,44	7.725.459	33,52	8.724.911	22,62
Total	15.527.137	40,26	23.044.454	59,74	38.571.591	100

Capital Social: R\$1.017.700.000,00

Capital Autorizado: R\$1.340.000.000,00

* Companhia de Capital Aberto

Fonte: DEF/DPRI

9. Participação Estrangeira no Capital

Os investidores estrangeiros encerraram o segundo trimestre de 2013 representando 20,59% do Capital Social total da Celesc, detendo um volume de 7.943.329 ações, na grande maioria ações preferenciais.

Participação dos Investidores por Residência	Quantidade de Ações	%
Investidores Estrangeiros	7.943.329	20,59
Investidores Nacionais	30.628.262	79,41

Fonte: DEF/DPRI

10. Ações do Controlador, Administradores e Membros do Conselho Fiscal

A Companhia está vinculada à arbitragem na Câmara de Arbitragem do mercado, conforme cláusula compromissória constante do seu Estatuto Social.

Acionista	Ações ON		Ações PN		Total	
	Quantidade	%	Quantidade	%	Quantidade	%
Controlador	8.982.160	57,85	234.305	1,02	9.216.465	23,89
Conselho de Administração	1	-	10	-	11	-
Diretoria Executiva	-	-	-	-	-	-
Conselho Fiscal	-	-	-	-	-	-
Ações em Tesouraria	-	-	-	-	-	-
Outros Acionistas	6.544.976	42,15	22.810.139	98,98	29.355.115	76,11
Total	15.527.137	100	23.044.454	100	38.571.591	100

Fonte: DEF/DPRI

11. Ações em Circulação

Descrição	Ações ON – CLSC3		Ações PN – CLSC4		Total	
	Quantidade	%	Quantidade	%	Quantidade	%
Capital Total	15.527.137	100	23.044.454	100	38.571.591	100
Ações em Circulação	6.544.976	42,15	22.810.139	98,98	29.355.115	76,11

Fonte: DEF/DPRI

Comentário do Desempenho



12. Cláusula Compromissória

A Companhia informa que está vinculada à arbitragem na Câmara de Arbitragem do Mercado, conforme Cláusula Compromissória constante do seu Estatuto Social, em seu artigo 67º “A Companhia, seus acionistas, administradores e os membros do Conselho Fiscal obrigam-se a resolver, por meio de arbitragem, perante a Câmara de Arbitragem do Mercado, toda e qualquer disputa ou controvérsia que possa surgir entre eles, relacionada com ou oriunda, em especial, da aplicação, validade, eficácia, interpretação, violação e seus efeitos, das disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, no Estatuto Social da Companhia, nas normas editadas pelo Conselho Monetário Nacional, pelo Banco Central do Brasil e pela Comissão de Valores Mobiliários, bem como nas demais normas aplicáveis ao funcionamento do mercado de capitais em geral, além daquelas constantes do Regulamento do Nível 2, do Contrato de Participação no Nível 2, do Regulamento de Sanções e do Regulamento de Arbitragem da Câmara de Arbitragem do Mercado”.

13. Auditores Independentes

Conforme disposições contidas na Instrução CVM nº 381, de 14 de janeiro de 2003, e ratificadas pelo Ofício Circular CVM/SEP/SNC nº 02, de 20 de março de 2003, a Celesc informa que o Auditor Independente não prestou qualquer tipo de serviço além daqueles estritamente relacionados à atividade de auditoria externa.

Florianópolis, 14 de agosto de 2013.

A Administração

Notas Explicativas



1. Informações Gerais

A Centrais Elétricas de Santa Catarina S.A. – Celesc, é uma sociedade anônima por ações de capital aberto, controlada pelo Governo de Estado de Santa Catarina, com sede na Avenida Itamarati, 160, Bairro Itacorubi, Florianópolis, Santa Catarina, Brasil.

Obteve seu primeiro registro em Bolsa de Valores em 26 de março de 1973, e hoje tem seus papéis negociados na bolsa de São Paulo no Nível 2 de Governança Corporativa da Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros – BM&F BOVESPA S.A., em São Paulo.

A Companhia e suas controladas, controladas em conjunto e coligadas têm como atividade preponderante a distribuição, transmissão e geração de energia elétrica. Além disso, atua no segmento de distribuição de gás natural canalizado.

Estas Informações Trimestrais foram aprovadas pelo Conselho de Administração da Companhia em 13 de agosto de 2013.

Em 30 de junho de 2013, as principais controladas integrais consolidadas, controladas em conjunto e coligadas são:

Descrição	Percentual de Participação Integralizado – %			
	30 de junho		31 de dezembro	
	2013		2012	
	Direta	Indireta	Direta	Indireta
Controladas				
Celesc Distribuição S.A. (Celesc D)	100	-	100	-
Celesc Geração S.A. (Celesc G)	100	-	100	-

Descrição	Percentual de Participação Integralizado – %			
	30 de junho		31 de dezembro	
	2013		2012	
	Direta	Indireta	Direta	Indireta
Controladas em conjunto				
Companhia de Gás de Santa Catarina – SCGÁS	17	-	17	-
Empresa Catarinense de Transmissão de Energia – ECTE	30,88	-	30,88	-
Campo Belo Energética S.A. (Campo Belo)	-	30	-	30
Painel Energética S.A. (Painel)	-	32,5	-	32,5
Rondinha Energética S.A. (Rondinha)	-	32,5	-	32,5
Companhia Energética Rio das Flores (Rio das Flores)	-	25	-	25
Xavantina Energética (Xavantina)	-	40	-	40
Bandeirante Energética (Bandeirante)	-	25	-	25
Coligadas				
Dona Francisca Energética S.A. – DFESA	23,03	-	23,03	-
Usina Hidrelétrica de Cubatão S.A. (Cubatão)	40	-	40	-

Notas Explicativas



1.1. Das Concessões

a) Medida Provisória – MP 579/2012 (Lei 12.783/2013)

Em 11 de setembro de 2012, o Governo Federal, com o objetivo de reduzir os custos de energia elétrica para consumidores, publicou a Medida Provisória – MP nº 579/2012. Em 14 de setembro de 2012, o Decreto Presidencial – DP nº 7.805 foi emitido, definindo alguns dos procedimentos operacionais para a implementação do que foi estabelecido na MP nº 579/2012. Esta MP permitiu aos concessionários com contratos de geração, transmissão e distribuição de energia elétrica vencendo entre 2015 e 2017, a possibilidade de antecipar as suas prorrogações mediante condições específicas nela estabelecidas. Em 11 de janeiro de 2013, a MP nº 579/2012 foi convertida na Lei nº 12.783/2013.

Conforme noticiado pelo Governo Federal, a medida tem como objetivo reduzir as tarifas de energia elétrica em 20,2%, em média (16,2% para consumidores residenciais e de 19,7% a 28% para os consumidores industriais) e baseia-se em dois pontos principais:

(i) Eliminação/redução de alguns dos encargos setoriais, que contribuirá para a redução das tarifas finais em 7% e;

(ii) Definição de novas condições para a prorrogação de contratos de concessão de geração, transmissão e distribuição, com datas de vencimento entre 2015 e 2017, com um impacto médio de 13,2% nas tarifas finais.

Para as concessionárias de distribuição, a MP nº 579/2012 definiu a redução das tarifas pela eliminação/redução de alguns dos encargos setoriais a partir de 1º de janeiro de 2013. Definiu também redução das tarifas devido a uma revisão tarifária extraordinária ocorrida a partir de fevereiro de 2013, com o objetivo de refletir a redução das tarifas de geração e transmissão e também pelos eventuais efeitos da realocação das quotas de energia das geradoras que tiverem os seus contratos prorrogados.

Para as concessionárias de geração, conforme MP nº 579/2012, a renovação das concessões está condicionada à aceitação dos seguintes critérios: mudança do sistema de precificação, passando do sistema de preços, para o sistema de receita permitida, com revisões periódicas; e alocação de toda garantia física de energia e potência das Usinas alcançadas pela MP nº 579/2012, em regime de cotas, para as Distribuidoras (Ambiente de Contratação Regulado – ACR).

Ademais, a MP nº 579/2012 estabelece que quando da renovação as concessões de distribuição, geração e transmissão haverá indenização dos ativos residuais pelo Valor Novo de Reposição – VNR. Os investimentos futuros deverão ser submetidos previamente à aprovação do agente regulador.

b) Decreto nº 7.945/13 – Aporte CDE

Em função das condições hidro energéticas desfavoráveis no final de 2012 e início de 2013, entre

Notas Explicativas



eles os baixos níveis nos reservatórios das usinas hidrelétricas, o despacho das usinas térmicas estava direcionado para o patamar máximo. Diante do exposto e considerando a exposição das concessionárias no mercado de curto prazo, decorrente principalmente da alocação das cotas de garantia física de energia e de potência e à revogação da autorização das usinas pela ANEEL, o custo de energia das distribuidoras teve um aumento expressivo em 2012 e início de 2013.

Devido a este cenário e considerando que as concessionárias de distribuição não têm gerência sobre esses custos, o governo brasileiro emitiu, em 07 de março de 2013, o Decreto nº 7.945, que promoveu algumas alterações sobre a contratação de energia e os objetivos do encargo setorial Conta de Desenvolvimento Energético – CDE.

Com relação à contratação de energia, o Decreto nº 7.945 (i) reduziu o prazo mínimo de três para um ano, contado a partir do início do suprimento de energia, de contratos de comercialização de energia elétrica proveniente de empreendimentos existentes e (ii) aumentou o repasse dos custos de aquisição de energia elétrica pelas distribuidoras para os consumidores finais de cento e três para cento e cinco por cento do montante total de energia elétrica contratada em relação à carga anual de fornecimento da distribuidora.

Com relação aos objetivos da CDE, o Decreto alterou os mesmos, e instituiu o repasse de recursos da CDE às concessionárias de distribuição dos custos relacionados abaixo:

- i. A exposição ao mercado de curto prazo das usinas hidrelétricas contratadas em regime de cotas de garantia física de energia e de potência, por insuficiência de geração alocada no âmbito do Mecanismo de Relocação de Energia – MRE (Risco Hidrológico);
- ii. A exposição no mercado de curto prazo das distribuidoras, por insuficiência de lastro contratual em relação à carga realizada, relativa ao montante de reposição não recontratado em função da não adesão à prorrogação de concessões de geração de energia elétrica (Exposição Involuntária);
- iii. O custo adicional relativo ao acionamento de usinas termelétricas fora da ordem de mérito por decisão do Comitê de Monitoramento do Setor Elétrico – CMSE (ESS – Segurança Energética); e
- iv. O valor integral ou parcial do saldo positivo acumulado pela Conta de Variação de Valores de Itens da Parcela A – CVA, relativo ao encargo de serviço do sistema e à energia comprada para revenda (CVA ESS e Energia).

Para os itens (i), (ii) e (iii), a Companhia registrou, de acordo com o CPC 07/IAS 20 – Subvenção e Assistência Governamentais, o montante de R\$127.513 mil. Para o item (iv), no processo de Revisão Tarifária da Celesc D, por meio da Resolução Homologatória nº 1.574, de 30 de julho de 2013, a Aneel concedeu cobertura do resultado positivo das Contas de Compensação de Variação de Valores de Itens da Parcela A – CVA apurados sobre a energia comprada e do encargo de ESS, no montante de R\$569.507 mil. Ambos valores foram registrados a crédito do Custo com Energia Elétrica na rubrica Recuperação de Despesas.

Notas Explicativas



c) Celesc Distribuição S.A.

Em 22 de julho de 1999, a Celesc D assinou o Contrato de concessão de Distribuição de Energia Elétrica nº 56, o qual regulamenta a exploração dos serviços públicos de distribuição de energia elétrica. A referida concessão tem prazo de vigência até 07 de julho de 2015. A concessão da Celesc D não é onerosa, portanto, não há compromissos fixos e pagamentos a serem efetuados. Conforme o contrato de concessão, ao término do prazo de vigência, os bens e instalações vinculados à distribuição de energia elétrica passarão a integrar o patrimônio da União, mediante indenização dos investimentos realizados ainda não amortizados, desde que autorizados pela ANEEL e apurados por auditoria do próprio órgão regulador.

Considerando que as condições estabelecidas pelo ICPC01 – Contratos de concessão foram integralmente atendidas, a Administração da Celesc D concluiu que seu contrato de concessão está dentro do escopo do ICPC01 e, portanto, os bens vinculados à concessão estão bifurcados em ativo indenizável e ativo intangível. O reajuste tarifário ocorre no dia 07 de agosto de cada ano e a revisão tarifária periódica a cada quatro anos.

A Celesc D, em atendimento às disposições da legislação, manifestou em 18 de setembro de 2012 seu pedido de prorrogação de sua concessão pelo prazo de 30 anos, a partir de julho de 2015. As condições de prorrogação só serão conhecidas quando o poder concedente divulgar a minuta do termo aditivo ao contrato de concessão.

A redução da tarifa em função da MP nº 579/2012 não se espera trazer impactos relevantes para o segmento de distribuição, tendo em vista que as alterações afetarão somente o custo de compra e transporte de energia e encargos setoriais que são totalmente repassados ao consumidor por meio da tarifa.

d) Celesc Geração S.A.

A controlada Celesc G, conforme definido no contrato de concessão ANEEL nº 55, de 22 de julho de 1999, na sua cláusula segunda possui as seguintes concessões para geração de energia elétrica:

Central Geradora	Localidade	Capacidade Instalada (MW)	Data de Vencimento da Concessão
Palmeiras – Rio dos Cedros	Rio dos Cedros/SC	24,6	7/11/2016
Bracinho – Rio Bracinho	Schroeder/SC	15	7/11/2016
Garcia – Rio Garcia	Angelina/SC	8,92	7/7/2015
Cedros – Rio dos Cedros	Rio dos Cedros/SC	8,4	7/11/2016
Salto – Rio Itajaí-Açu	Blumenau/SC	6,28	7/11/2016
Celso Ramos – Rio Chapecozinho	Faxinal do Guedes/SC	5,4	22/11/2021
Pery – Rio Canoas	Curitibanos/SC	4,4	9/7/2017
Caveiras – Rio Caveiras	Lages/SC	3,83	10/7/2018
Ivo Silveira – Rio Santa Cruz	Campos Novos/SC	2,6	7/7/2015
Pirai – Rio Pirai	Joinville/SC	0,78	(i)
São Lourenço – Rio São Lourenço	Mafra/SC	0,42	(i)
Rio do Peixe – Rio do Peixe	Videira/SC	0,52	(i)
Total da Capacidade Instalada		81,15	

(i) Centrais geradoras que não possuem prazo determinado de concessão.

Notas Explicativas



Conforme requerido pela MP nº 579/2012 foi protocolado pedido de prorrogação de concessão em 15 de outubro de 2012 das Pequenas Centrais Elétricas – PCHs afetadas pela MP nº 579/2012:

Central Geradora	Localidade	Capacidade Instalada (MW)	Data de Vencimento da Concessão
Palmeiras – Rio dos Cedros	Rio dos Cedros/SC	24,6	7/11/2016
Bracinho – Rio Bracinho	Schroeder/SC	15	7/11/2016
Garcia – Rio Garcia	Angelina/SC	8,92	7/7/2015
Cedros – Rio dos Cedros	Rio dos Cedros/SC	8,4	7/11/2016
Salto – Rio Itajaí-Açu	Blumenau/SC	6,28	7/11/2016
Pery – Rio Canoas	Curitibanos/SC	4,4	9/7/2017
Ivo Silveira – Rio Santa Cruz	Campos Novos/SC	2,6	7/7/2015
Total da Capacidade Instalada		70,2	

Conforme DP nº 7.805/2012, o Ministério de Minas e Energia – MME divulgou em 1º de novembro de 2012 por meio da Portaria nº 578 de 31 de outubro de 2012, os valores das tarifas de geração de energia aplicáveis aos contratos acima e, por meio da Portaria Interministerial nº 580/MME/MF de 1º de novembro de 2012 os valores das indenizações, bem como disponibilizando à Celesc G os novos termos aditivos dos contratos de concessão.

Somente em 6 de novembro de 2012, a Celesc G tomou conhecimento, por meio da divulgação das Notas Técnicas da metodologia utilizada para definição dos valores de tarifas iniciais de geração e dos valores de indenização a serem pagos aos concessionários de geração, e que subsidiaram, respectivamente, a Portaria MME nº 578, de 31 de outubro de 2012, e a Portaria Interministerial MME-MF nº 580, de 1º de novembro de 2012.

A tarifa proposta para as pequenas centrais hidrelétricas consideram os custos regulatórios de operação, manutenção, administração, entre outros. No quadro abaixo seguem as tarifas divulgadas pelo poder concedente para os empreendimentos da Celesc G:

Central Geradora	Localidade	Potência para efeito de definição do GAG (MW)	Tarifa (R\$/kW .ano)
Palmeiras – Rio dos Cedros	Rio dos Cedros/SC	24,6	120,87788
Bracinho – Rio Bracinho	Schroeder/SC	15	130,44562
Garcia – Rio Garcia	Angelina/SC	8,92	172,65642
Cedros – Rio dos Cedros	Rio dos Cedros/SC	7,28	192,3789
Salto – Rio Itajaí-Açu	Blumenau/SC	6,28	192,48094
Pery – Rio Canoas	Curitibanos/SC	4,4	217,5888
Ivo Silveira – Rio Santa Cruz	Campos Novos/SC	2,6	226,23572

Para os empreendimentos acima o poder concedente não considerou direito a indenização, com exceção da PCH Pery, o qual foi definido uma indenização de R\$98,5 milhões.

Essas usinas representam 86,51% da potência instalada da Celesc G e possuem parte da sua energia contratada em Ambiente de Comercialização Livre – ACL após 2012.

A Administração analisou as condições estabelecidas para a prorrogação do prazo de concessão, bem como os potenciais efeitos econômico-financeiros e os efeitos tributários sobre os valores da indenização e das tarifas e, ainda, realizou diversos estudos internos, a fim de concluir sobre a não prorrogação do prazo de concessão. Por meio de Reunião Extraordinária realizada em 22 de

Notas Explicativas



novembro de 2012 o Conselho de Administração acompanhando o entendimento da Diretoria Executiva deliberou pela não adesão aos termos de renovação antecipada das concessões das usinas da Celesc G com base na MP nº 579/2012, posteriormente convertida na Lei nº 12.783/2013.

Foi excluída da decisão a Usina Pery com questionamento por meio de Ação Ordinária com pedido de liminar na Justiça Federal, com objetivo de discutir o mérito relativo ao direito de prorrogação da concessão pelos 20 anos, conforme previsto no Artigo nº 26, §7º da Lei nº 9.427, de 26 de dezembro de 1996.

Após a interposição da presente ação ordinária em 30 de Novembro de 2012, restou deferida a liminar requerida pelo M.M Juiz Federal, suspendendo a assinatura do termo aditivo ao contrato de concessão nº 055/1999. A Ré interpôs Agravo de Instrumento n.º 5021470-33.2012.404.0000 no TRF da 4ª Região em 20.12.2012, requerendo efeito suspensivo a decisão que deferiu a liminar.

Em 2012 foi lançada nova chamada pública para seleção de parceiros e projetos na área de geração de energia, contemplando outras fontes como: eólica, biomassa e térmicas, com a perspectiva de firmar parcerias em 2013, visando atender as diretrizes do plano diretor do Grupo, cuja meta é atingir 1000 MW em empreendimentos de geração até 2030.

e) Companhia de Gás de Santa Catarina S.A. – SCGÁS

A controlada em conjunto SCGÁS possui contrato de concessão para exploração dos serviços de distribuição de gás canalizado em todo o Estado de Santa Catarina, firmado em 28 de março de 1994, com prazo de vigência de 50 anos.

f) Empresa Catarinense de Transmissão de Energia – ECTE

A controlada em conjunto ECTE detém contrato de concessão de transmissão de energia elétrica datado de 1º de novembro de 2000 com prazo de vigência de 30 anos.

2. Base de Preparação

2.1. Declaração de Conformidade

2.1.1. Informações Trimestrais Consolidadas

As Informações Trimestrais Consolidadas foram preparadas e estão sendo apresentadas de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21 – Demonstrações Intermediárias e com a Norma Internacional IAS 34 – *Interim Financial Reporting*, emitida pelo *International Accounting Standards Board* – IASB, e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela CVM, aplicáveis à elaboração das ITR.

Notas Explicativas



2.1.2. Informações Trimestrais Individuais

As Informações Trimestrais Individuais da Controladora foram preparadas e estão sendo apresentadas de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21 – Demonstrações Intermediárias e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela CVM, aplicáveis à elaboração das ITR.

Essas práticas diferem do IFRS, somente no que se refere à avaliação dos investimentos em controladas pelo método de equivalência patrimonial, enquanto que para fins de IFRS os investimentos seriam avaliados pelo custo ou pelo valor justo. Contudo, não há diferença entre o patrimônio líquido e o resultado da Companhia Controladora em suas Demonstrações Financeiras individuais. Assim sendo, as Demonstrações Financeiras consolidadas do Grupo e as Demonstrações Financeiras individuais da Controladora estão sendo apresentadas lado a lado em um único conjunto de demonstrações financeiras.

2.2. Moeda Funcional e Moeda de Apresentação

As Informações Trimestrais, Individuais e Consolidadas, estão apresentadas em reais, que é a moeda funcional da Companhia e também a moeda de apresentação do Grupo, e todos os valores arredondados para milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

2.3. Estimativas e Julgamentos Contábeis Críticos

As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias.

Com base em premissas, o Grupo faz estimativas com relação ao futuro. Por definição, as estimativas contábeis resultantes raramente serão iguais aos respectivos resultados reais.

As estimativas e premissas que apresentam um risco significativo, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de Ativos e Passivos para o próximo exercício social estão contempladas a seguir.

a) Valor Justo de Outros Instrumentos Financeiros

O valor justo de outros instrumentos financeiros que não são negociados em mercados ativos é determinado mediante o uso de técnicas de avaliação. O Grupo utiliza seu julgamento para escolher, dentre diversos métodos, o mais adequado, a partir do qual são definidas premissas que se baseiam principalmente nas condições de mercado existentes na data do balanço.

b) Benefícios de Planos de Pensão

O valor atual de obrigações de planos de pensão depende de uma série de fatores que são determinados com base em cálculos atuariais, que utilizam uma série de premissas. Entre as premissas usadas na determinação do custo (receita) líquido para os planos de pensão, está a taxa

Notas Explicativas



de desconto. Quaisquer mudanças nessas premissas afetarão o valor contábil das obrigações dos planos de pensão.

O Grupo determina a taxa de desconto apropriada ao final de cada exercício. Esta é a taxa de juros que deveria ser usada para determinar o valor presente de futuras saídas de caixa estimadas, que devem ser necessárias para liquidar as obrigações de planos de pensão. Ao determinar a taxa de desconto apropriada, o Grupo considera as taxas de juros de títulos privados de alta qualidade, sendo estes mantidos na moeda em que os benefícios serão pagos e que têm prazos de vencimento próximos aos prazos das respectivas obrigações de planos de pensão.

Outras premissas importantes para as obrigações de planos de pensão se baseiam, em parte, em condições atuais do mercado.

c) Imposto de Renda e Contribuição Social

O Grupo reconhece provisões para situações em que é provável que valores adicionais de impostos sejam devidos. Quando o resultado final dessas questões for diferente dos valores inicialmente estimados e registrados, essas diferenças afetarão os ativos e passivos fiscais atuais e diferidos no período em que o valor definitivo for determinado.

d) Contingências

O Grupo atualmente está envolvido em diversas ações de natureza tributária, trabalhista, cível e regulatória, como descrito na Nota 23. Provisões são reconhecidas para os casos que representem perdas prováveis (o Grupo tem uma obrigação presente ou não formalizada como resultado de eventos passados e é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação e o seu valor possa ser estimado com segurança). A probabilidade de perda é avaliada baseada nas evidências disponíveis, incluindo a avaliação de advogados externos.

e) Impairment de Ativos Não Financeiros

A capacidade de recuperação dos ativos que são utilizados nas atividades do Grupo é avaliada sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil de um ativo ou grupo de ativos pode não ser recuperável com base em fluxos de caixa futuros. Se o valor contábil destes ativos for superior ao seu valor recuperável, o valor líquido é ajustado e sua vida útil readequada para novos patamares.

2.4. Pronunciamentos Aplicáveis ao Grupo a partir de 01 de janeiro de 2013 – Novas Normas, Alterações e Interpretações do IFRS, adotadas nas Informações Trimestrais Individuais e Consolidadas

Em 2012 o Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC emitiu, dentre outros, os seguintes pronunciamentos que afetam as atividades da Companhia:

- CPC 33 (R1) – Benefícios a Empregados.

Notas Explicativas



- CPC 18 (R2) – Investimento em Coligada, em Controlada e em Empreendimento Controlado em Conjunto.
- CPC 19 (R2) – Negócios em Conjunto.

Esses pronunciamentos contábeis, aprovados pela CVM em 2012, passaram a ter sua aplicação requerida para os exercícios iniciados a partir de 01 de janeiro de 2013 e determinam que empreendimentos controlados em conjunto sejam registrados nas Demonstrações Financeiras da Companhia pelo Método de Equivalência Patrimonial – MEP.

As características e essência econômica da participação da Companhia caracterizam empreendimentos controlados em conjunto das investidas elencadas no quadro a seguir. Com a adoção desses novos pronunciamentos contábeis no primeiro trimestre de 2013 a Companhia deixou de consolidar proporcionalmente esses investimentos.

Controladas em Conjunto:

Companhia de Gás de Santa Catarina – SCGÁS
 Empresa Catarinense de Transmissão de Energia – ECTE
 Campo Belo Energética S.A. (Campo Belo)
 Painel Energética S.A. (Painel)
 Rondinha Energética S.A. (Rondinha)
 Companhia Energética Rio das Flores (Rio das Flores)
 Xavantina Energética (Xavantina)
 Bandeirante Energética (Bandeirante)

As informações financeiras da Companhia a partir do primeiro trimestre de 2013 apresentam a posição financeira e patrimonial, reconhecendo o resultado desses investimentos por meio de equivalência patrimonial. Além disso, para fins de comparação, as informações financeiras da Companhia referentes ao exercício de 2012 também reconhecem o resultado desses investimentos por meio de equivalência patrimonial.

Outra nova norma aplicada a partir de 01 de janeiro de 2013 foi o CPC 33 (R1) e IAS 19 – Benefícios a Empregados. Os principais impactos das alterações são: (i) eliminação da abordagem de corredor, (ii) reconhecimento dos ganhos e perdas atuariais em outros resultados abrangentes conforme ocorram, (iii) reconhecimento imediato dos custos dos serviços passados no resultado, e (iv) substituição do custo de participação e retorno esperado sobre os ativos do plano por um montante de participação líquida, calculado através da aplicação da taxa de desconto ao ativo (passivo) do benefício definido líquido. A norma é aplicável a partir de 01 de janeiro de 2013.

A aplicação destes novos requerimentos alterou os saldos do Balanço Patrimonial consolidado da Companhia, utilizado como base para as análises das variações patrimoniais entre 31 de dezembro de 2012 e 30 de junho de 2013, as Demonstrações de Resultado, as Demonstrações dos

Notas Explicativas



Fluxos de Caixa e as Demonstrações dos Valores Adicionados dos períodos findos em 30 de junho de 2012 que serviram de base para comparação com os mesmos demonstrativos que estão sendo apresentados em 30 de junho de 2013.

Notas Explicativas



DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
CENTRAIS ELÉTRICAS DE SANTA CATARINA S.A.
CNPJ Nº 83.878.892/0001-55 / NIRE 42 3 0001127-4

BALANÇO PATRIMONIAL

Em 01 de janeiro de 2012
(valores expressos em milhares de reais)

Ativo	Consolidado			
	01/01/2012	Ajustes CPC 33	Ajustes CPC 18 e CPC 19	01/01/2012 Ajustado
Circulante				
Caixa e Equivalente de Caixa	442.495	-	(13.741)	428.754
Títulos e Valores Mobiliários	15.062	-	-	15.062
Contas a Receber de Clientes	858.809	-	(8.509)	850.300
Estoques	20.510	-	(1.203)	19.307
Tributos a Recuperar ou Compensar	73.337	-	(899)	72.438
Dividendos a Receber	2.215	-	1.864	4.079
Ativo Indenizatório (Concessão)	20.303	-	(20.303)	-
Outras Contas a Receber	39.460	-	(1.938)	37.522
	1.472.191	-	(44.729)	1.427.462
Não Circulante				
Títulos e Valores Mobiliários	133.013	-	-	133.013
Contas a Receber de Clientes	121.430	-	(54)	121.376
Outros Créditos com Partes Relacionadas	64.888	-	-	64.888
Tributos Diferidos	342.560	(56.439)	(463)	285.658
Tributos a Recuperar ou Compensar	13.697	-	-	13.697
Depósitos Judiciais	147.178	-	(222)	146.956
Ativo Indenizatório (Concessão)	1.987.103	-	(43.163)	1.943.940
Outras Contas a Receber	4.838	-	(3.408)	1.430
Investimentos em Controladas e Coligadas	25.844	-	129.150	154.994
Intangível	616.381	-	(81.494)	534.887
Imobilizado	370.105	-	(18.277)	351.828
	3.827.037	(56.439)	(17.931)	3.752.667
Ativo Total	5.299.228	(56.439)	(62.660)	5.180.129

Notas Explicativas



DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
CENTRAIS ELÉTRICAS DE SANTA CATARINA S.A.
CNPJ Nº 83.878.892/0001-55 / NIRE 42 3 0001127-4

BALANÇO PATRIMONIAL

Em 01 de janeiro de 2012
(valores expressos em milhares de reais)

Passivo e Patrimônio Líquido	01/01/2012	Ajustes CPC 33	Ajustes CPC 18 e CPC 19	Consolidado
				01/01/2012 Ajustado
Circulante				
Fornecedores	433.503	-	(18.980)	414.523
Empréstimos, Financiamentos e Debêntures	241.298	-	(6.136)	235.162
Salários e Encargos Sociais	120.632	-	(1.257)	119.375
Tributos e Contribuições Sociais	129.800	-	(6.585)	123.215
Dividendos Propostos	72.048	-	-	72.048
Taxas Regulamentares	174.941	-	(684)	174.257
Outros Passivos de Partes Relacionadas	18.113	-	-	18.113
Passivo Atuarial	115.908	-	-	115.908
Outros Passivos	19.177	-	(239)	18.938
	1.325.420	-	(33.881)	1.291.539
Não Circulante				
Empréstimos, Financiamentos e Debêntures	129.800	-	(21.871)	107.929
Tributos e Contribuições Sociais	1.207	-	-	1.207
Tributos Diferidos	78.140	-	(5.751)	72.389
Taxas Regulamentares	147.841	-	-	147.841
Provisões para Contingências	489.207	-	(345)	488.862
Passivo Atuarial	949.795	(165.998)	-	783.797
Outros Passivos	3.287	-	(812)	2.475
	1.799.277	(165.998)	(28.779)	1.604.500
Patrimônio Líquido				
Capital Social	1.017.700	-	-	1.017.700
Reservas de Capital	316	-	-	316
Reservas de Lucros	1.001.394	-	-	1.001.394
Ajuste de Avaliação Patrimonial	139.736	109.559	-	249.295
Dividendos Adicionais a Distribuir	15.385	-	-	15.385
	2.174.531	109.559	-	2.284.090
Total do Passivo e Patrimônio Líquido	5.299.228	(56.439)	(62.660)	5.180.129

Notas Explicativas

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
CENTRAIS ELÉTRICAS DE SANTA CATARINA S.A.
CNPJ Nº 83.878.892/0001-55 / NIRE 42 3 0001127-4

BALANÇO PATRIMONIAL

Em 31 de dezembro de 2012
(valores expressos em milhares de reais)

Ativo	31/12/2012	Ajustes CPC 33	Ajustes CPC 18 e CPC 19	Consolidado
				31/12/2012 Ajustado
Circulante				
Caixa e Equivalente de Caixa	199.865	-	(27.125)	172.740
Títulos e Valores Mobiliários	16.343	-	-	16.343
Contas a Receber de Clientes	999.436	-	(9.072)	990.364
Estoques	15.993	-	(1.234)	14.759
Tributos a Recuperar ou Compensar	92.432	-	(339)	92.093
Dividendos a Receber	77	-	960	1.037
Ativo Indenizatório (Concessão)	22.147	-	(22.147)	-
Outras Contas a Receber	28.180	-	(3.479)	24.701
	1.374.473	-	(62.436)	1.312.037
Não Circulante				
Títulos e Valores Mobiliários	55.198	-	-	55.198
Contas a Receber de Clientes	102.764	-	(2.322)	100.442
Outros Créditos com Partes Relacionadas	36.472	-	-	36.472
Tributos Diferidos	431.130	63.526	(481)	494.175
Tributos a Recuperar ou Compensar	14.060	-	-	14.060
Depósitos Judiciais	139.910	-	(287)	139.623
Ativo Indenizatório (Concessão)	2.435.306	-	(44.632)	2.390.674
Outras Contas a Receber	7.114	-	(5.091)	2.023
Investimentos em Controladas e Coligadas	32.535	-	135.527	168.062
Intangível	467.092	-	(91.895)	375.197
Imobilizado	273.194	-	(17.901)	255.293
	3.994.775	63.526	(27.082)	4.031.219
Ativo Total	5.369.248	63.526	(89.518)	5.343.256

Notas Explicativas

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
CENTRAIS ELÉTRICAS DE SANTA CATARINA S.A.
CNPJ Nº 83.878.892/0001-55 / NIRE 42 3 0001127-4

BALANÇO PATRIMONIAL

Em 31 de dezembro de 2012
(valores expressos em milhares de reais)

	Consolidado			
Passivo e Patrimônio Líquido	31/12/2012	Ajustes CPC 33	Ajustes CPC 18 e CPC 19	31/12/2012 Ajustado
Circulante				
Fornecedores	721.331	-	(18.050)	703.281
Empréstimos, Financiamentos e Debêntures	88.165	-	(7.101)	81.064
Salários e Encargos Sociais	116.471	-	(1.044)	115.427
Tributos e Contribuições Sociais	95.441	-	(5.716)	89.725
Dividendos Propostos	580	-	(154)	426
Taxas Regulamentares	123.700	-	(809)	122.891
Outros Passivos de Partes Relacionadas	14.538	-	-	14.538
Passivo Atuarial	130.960	-	-	130.960
Outros Passivos	48.823	-	(1.437)	47.386
	1.340.009	-	(34.311)	1.305.698
Não Circulante				
Empréstimos, Financiamentos e Debêntures	300.654	-	(43.608)	257.046
Salários e Encargos Sociais	41	-	-	41
Tributos Diferidos	38.239	-	(9.835)	28.404
Taxas Regulamentares	189.184	-	-	189.184
Provisões para Contingências	426.645	-	-	426.645
Passivo Atuarial	1.169.457	186.973	-	1.356.430
Outros Passivos	4.239	-	(1.764)	2.475
	2.128.459	186.973	(55.207)	2.260.225
Patrimônio Líquido				
Capital Social	1.017.700	-	-	1.017.700
Reservas de Capital	316	-	-	316
Reservas de Lucros	745.892	(5.689)	-	740.203
Ajuste de Avaliação Patrimonial	136.872	(117.758)	-	19.114
	1.900.780	(123.447)	-	1.777.333
Total do Passivo e Patrimônio Líquido	5.369.248	63.526	(89.518)	5.343.256

Notas Explicativas

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
CENTRAIS ELÉTRICAS DE SANTA CATARINA S.A.
CNPJ Nº 83.878.892/0001-55 / NIRE 42 3 0001127-4

BALANÇO PATRIMONIAL

Em 01 de janeiro de 2012
(valores expressos em milhares de reais)

Ativo	01/01/2012	Ajustes CPC 33	Ajustes CPC 18 e CPC 19	Controladora
				01/01/2012 Ajustado
Não Circulante				
Investimentos	1.932.273	109.559	-	2.041.832

BALANÇO PATRIMONIAL

Em 01 de janeiro de 2012
(valores expressos em milhares de reais)

Passivo e Patrimônio Líquido	01/01/2012	Ajustes CPC 33	Ajustes CPC 18 e CPC 19	Controladora
				01/01/2012 Ajustado
Patrimônio Líquido				
Capital Social	1.017.700	-	-	1.017.700
Reservas de Capital	316	-	-	316
Reservas de Lucros	1.001.394	-	-	1.001.394
Ajuste de Avaliação Patrimonial	139.736	109.559	-	249.295
Dividendos Adicionais a Distribuir	15.385	-	-	15.385
	2.174.531	109.559	-	2.284.090

Notas Explicativas

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
CENTRAIS ELÉTRICAS DE SANTA CATARINA S.A.
CNPJ Nº 83.878.892/0001-55 / NIRE 42 3 0001127-4

BALANÇO PATRIMONIAL

Em 31 de dezembro de 2012
(valores expressos em milhares de reais)

Ativo	31/12/2012	Ajustes CPC 33	Ajustes CPC 18 e CPC 19	Controladora
				31/12/2012 Ajustado
Não Circulante				
Investimentos	1.738.781	(123.447)	-	1.615.334

BALANÇO PATRIMONIAL

Em 31 de dezembro de 2012
(valores expressos em milhares de reais)

Passivo e Patrimônio Líquido	31/12/2012	Ajustes CPC 33	Ajustes CPC 18 e CPC 19	Controladora
				31/12/2012 Ajustado
Patrimônio Líquido				
Capital Social	1.017.700	-	-	1.017.700
Reservas de Capital	316	-	-	316
Reservas de Lucros	745.892	(5.689)	-	740.203
Ajuste de Avaliação Patrimonial	136.872	(117.758)	-	19.114
	1.900.780	(123.447)	-	1.777.333

Notas Explicativas



DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
CENTRAIS ELÉTRICAS DE SANTA CATARINA S.A.
CNPJ Nº 83.878.892/0001-55 / NIRE 42 3 0001127-4

DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADO

Em 30 de junho de 2012
(valores expressos em milhares de reais)

				Consolidado
	30/6/2012	Ajustes CPC 33	Ajustes CPC 18 e CPC 19	30/6/2012 Ajustado
Receita	2.166.457	-	(55.581)	2.110.876
Receita de Venda de Bens e Serviços	2.021.995	-	(55.581)	1.966.414
Receita de Construção	144.462	-	-	144.462
Custos	(1.889.365)	-	43.341	(1.846.024)
Custo das Vendas e Serviços	(1.744.903)	-	43.341	(1.701.562)
Custo de Construção	(144.462)	-	-	(144.462)
Lucro Bruto	277.092	-	(12.240)	264.852
Despesa com Vendas	(86.364)	-	543	(85.821)
Despesas Gerais e Administrativas	(155.078)	(1.399)	1.872	(154.605)
Outras Despesas Operacionais	(37.712)	-	121	(37.591)
Resultado de Equivalência Patrimonial	3.732	-	5.556	9.288
Resultado Operacional	1.670	(1.399)	(4.148)	(3.877)
Receitas Financeiras	66.751	-	(275)	66.476
Despesas Financeiras	(44.073)	-	1.829	(42.244)
Resultado Financeiro	22.678	-	1.554	24.232
Resultado Antes do Imposto de Renda e da Contribuição Social	24.348	-	(2.594)	20.355
Corrente	(9.277)	-	2.245	(7.032)
Diferido	(608)	476	349	217
Lucro/Prejuízo Líquido do Exercício	14.463	(923)	-	13.540

Notas Explicativas

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
CENTRAIS ELÉTRICAS DE SANTA CATARINA S.A.
CNPJ Nº 83.878.892/0001-55 / NIRE 42 3 0001127-4

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA – MÉTODO INDIRETO

Em 30 de junho de 2012
(valores expressos em milhares de reais)

Descrição	Consolidado		
	30/6/2012	Ajustes CPC 18, CPC 19 e CPC 33	30/6/2012 Ajustado
Caixa Líquido Proveniente das Atividades Operacionais	110.134	48.695	158.829
Caixa Líquido Aplicado nas Atividades de Investimentos	(93.956)	(50.996)	(144.952)
Caixa Líquido Aplicado nas Atividades de Financiamentos	(124.523)	6.813	(117.710)
Aumento/Redução Líquido de Caixa e Equivalentes de Caixa	(108.345)	4.512	(103.833)
Caixa e Equivalentes de Caixa no Início do Exercício	443.356	(14.602)	428.754
Caixa e Equivalentes de Caixa no Final do Exercício	335.011	(10.090)	324.921
Aumento/Redução Líquido de Caixa e Equivalentes de Caixa	(108.345)	4.512	(103.833)

Notas Explicativas

CENTRAIS ELÉTRICAS DE SANTA CATARINA S.A.
CNPJ Nº 83.878.892/0001-55 / NIRE 42 3 0001127-4

DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO

Em 30 de junho de 2012
(valores expressos em milhares de reais)

	30/6/2012	Ajustes CPC 18, CPC 19 e CPC 33	Consolidado 30/6/2012 Ajustado
Receitas			
Vendas Brutas de Produtos e Serviços	3.318.588	(68.659)	3.249.929
Receita de Construção	144.462	-	144.462
Perdas Recuperáveis com Clientes - (Reversão/Constituição)	(27.574)	31	(27.543)
Insumos Adquiridos de Terceiros			
Custo dos Serviços Prestados	(1.340.391)	(138.157)	(1.478.548)
Custo de Construção	(258.259)	138.579	(119.680)
Materiais, Energia, Serviços de Terceiros e Outros Operacionais	(144.462)	-	(144.462)
Outros	(38.299)	38.299	-
Valor Adicionado Bruto	1.654.065	(29.907)	1.624.158
Depreciação, Amortização e Exaustão	(83.038)	1.976	(81.062)
Valor Adicionado Líquido Produzido pela Entidade	1.571.027	(27.931)	1.543.096
Valor Adicionado Recebido em Transferência			
Resultado de Equivalência Patrimonial	3.732	5.556	9.288
Receitas Financeiras	66.751	(275)	66.476
Valor Adicionado Total a Distribuir	1.641.510	(22.650)	1.618.860
Distribuição do Valor Adicionado			
Pessoal e Encargos	(271.826)	(1.653)	(273.479)
Impostos, Taxas e Contribuições	(1.306.479)	16.149	(1.290.330)
Juros e Variações Cambiais	(48.741)	7.230	(41.511)
Lucro/Prejuízo Retido do Exercício	(14.464)	924	(13.540)
	(1.641.510)	22.650	(1.618.860)

Notas Explicativas



3. Resumo das Principais Políticas Contábeis

As principais práticas contábeis adotadas pelo Grupo para a preparação de suas ITR do período findo em 30 de junho de 2013 foram aplicadas de forma consistente com aquelas divulgadas nas Demonstrações Financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2012, portanto, devem ser lidas conjuntamente, exceto pelo apresentado na NE 2.4.

4. Gestão de Risco Financeiro

4.1. Fatores de Risco Financeiro

As atividades do Grupo o expõem a diversos riscos financeiros: risco de mercado (incluindo risco de moeda, de taxa de juros de valor justo, de taxa de juros de fluxo de caixa e de preço), risco de crédito e risco de liquidez. O programa de gestão de risco global do Grupo se concentra na imprevisibilidade dos mercados financeiros e busca minimizar potenciais efeitos adversos no desempenho financeiro do Grupo.

4.2. Risco de Mercado

4.2.1. Risco de Taxa de Câmbio

Esse risco decorre da possibilidade de suas controladas virem a incorrer em perdas e em restrições de caixa por conta de flutuações nas taxas de câmbio, aumentando os saldos de passivo denominados em moeda estrangeira.

A subsidiária Celesc D está exposta em suas atividades operacionais, à variação cambial na compra de energia elétrica de Itaipu. O mecanismo de compensação (CVA) protege as empresas de eventuais perdas. Entretanto, esta compensação se realizará somente pelo consumo e consequente faturamento de energia ocorridos após o reajuste tarifário subsequente, no qual tenham sido contempladas tais perdas. O Decreto nº 7.945, de 07 de março de 2013, instituiu que o valor integral ou parcial do saldo positivo acumulado pela CVA, relativo ao Encargo de Serviço do Sistema e à energia comprada para revenda (CVA ESS e Energia), seria repassado com recurso da CDE, na ocasião do reajuste ou revisão tarifária.

4.2.2. Risco do Fluxo de Caixa ou Valor Justo Associado com Taxa de Juros

Este risco é oriundo da possibilidade do Grupo incorrer em perdas por conta de flutuações nas taxas de juros, ou outros indexadores de dívida, que aumentem as despesas financeiras relativas a empréstimos e financiamentos captados no mercado ou diminuam a receita financeira relativa às aplicações financeiras do Grupo. O Grupo não tem pactuado contratos de derivativos para fazer face a este risco.

4.3. Risco de Crédito

Surge da possibilidade do Grupo incorrer em perdas resultantes da dificuldade de recebimento de

Notas Explicativas



valores faturados a seus consumidores, concessionárias e permissionárias. Para reduzir esse tipo de risco e auxiliar seu gerenciamento a Companhia monitora as contas a receber de consumidores realizando diversas ações de cobrança incluindo a interrupção do fornecimento caso o consumidor deixe de realizar seus pagamentos. No caso dos consumidores, o risco de crédito é baixo devido à grande pulverização da carteira.

4.4. Risco de Liquidez

A previsão de fluxo de caixa é realizada nas áreas operacionais do Grupo e agregada pelo departamento de Finanças. Este departamento monitora as previsões contínuas das exigências de liquidez do Grupo para assegurar que ele tenha caixa suficiente para atender às necessidades operacionais.

O excesso de caixa mantido pelas entidades operacionais, além do saldo exigido para administração do capital circulante, é transferido para o Grupo de Tesouraria. Este investe o excesso de caixa em contas correntes com incidência de juros, depósitos a prazo, depósitos de curto prazo e títulos e valores mobiliários, escolhendo instrumentos com vencimentos apropriados ou liquidez suficiente para fornecer margem suficiente, conforme determinado pelas previsões acima mencionadas.

A tabela abaixo analisa os passivos financeiros não derivativos do Grupo, por faixas de vencimento, correspondentes ao período remanescente no Balanço Patrimonial até a data contratual do vencimento.

Os valores divulgados na tabela são os fluxos de caixa contratados não descontados.

Descrição	Menos de um ano	Entre um e cinco anos	Consolidado
			Acima de cinco anos
CDI (%)	7,8	-	-
Em 31 de dezembro de 2012			
Empréstimos – Saldo Balanço	81.064	220.639	36.407
Empréstimos – Não descontados	84.193	266.645	53.173
Fornecedores	703.281	-	-
CDI ¹ (%)	8,53	-	-
Em 30 de junho de 2013			
Empréstimos – Saldo Balanço	176.072	224.121	36.875
Empréstimos – Não descontados	183.428	275.015	55.524
Debêntures - Saldo Balanço	2.932	200.031	100.015
Debêntures - Não descontado	3.054	245.455	150.597
Fornecedores	546.637	-	-

4.5. Riscos Operacionais

4.5.1. Risco Quanto à Escassez de Energia Elétrica

O Sistema Elétrico Brasileiro é abastecido predominantemente pela geração hidrelétrica. Um

¹ Curva de juros futuros – BM&F DI 1 FUT V13 – (fechamento 22/07/2013)

Notas Explicativas



período prolongado de escassez de chuva durante a estação úmida reduzirá o volume de água nos reservatórios dessas usinas, trazendo como consequência o aumento no custo na aquisição de energia no mercado de curto prazo e a elevação dos valores de Encargos de Sistema em decorrência do despacho das usinas termelétricas. Numa situação extrema poderá ser adotado um programa de racionamento, que implicaria em redução de receita.

No entanto, considerando os níveis atuais dos reservatórios e as últimas simulações efetuadas, o Operador Nacional de Sistema Elétrico – ONS não prevê para os próximos anos um novo programa de racionamento.

4.5.2. Risco de Não Renovação das Concessões

O Grupo possui concessões para exploração dos serviços de geração, transmissão e distribuição de energia elétrica e distribuição de gás. A Companhia protocolou o pedido de prorrogação em 18 de setembro de 2012 para a concessão do contrato nº 56/1999, da Celesc D, conforme permitido pela MP nº 579/2012, convertida na Lei nº 12.783/2013 e passou a ser regulamentada pelo Decreto Federal nº 7.891, de 23 de janeiro de 2013. A Administração da Companhia considera remoto o risco de não prorrogação da concessão de Distribuição de Energia Elétrica. Para o contrato nº 55/1999 de geração de energia, a Companhia optou pela não renovação.

4.5.3. Análise de Sensibilidade Adicional Requerida pela CVM

Apresentamos a seguir quadro demonstrativo de análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros, que descreve os riscos que podem gerar prejuízos materiais para a Companhia, com cenário mais provável (cenário I) segundo avaliação efetuada pela administração, considerando um horizonte de três meses, quando deverão ser divulgadas as próximas informações financeiras contendo tal análise.

Adicionalmente, dois outros cenários são demonstrados, nos termos determinados pela Instrução CVM nº 475, de 17 de dezembro de 2008, a fim de apresentar 25% e 50% de deterioração na variável de risco considerada, respectivamente (cenários II e III).

A análise de sensibilidade apresentada considera mudanças com relação a determinado risco, mantendo constante todas as demais variáveis, associadas a outros riscos, com saldos de 30 de junho de 2013:

Premissas	Efeitos das contas sobre o resultado	Saldo	Consolidado		
			Cenário provável (Cenário I)	(Cenário II)	(Cenário III)
CDI (%)			8,53	10,66	12,80
	Aplicações Financeiras	403.591	34.426	43.033	51.639
	Contas a Receber Não Circulante	47.355	4.039	5.049	6.059
	Debêntures (-)	(300.833)	(25.661)	(32.076)	(38.492)
IGP-M² (%)			6,31	7,89	9,47
	Ativo Indenizatório (Concessão)	2.198.273	138.733	173.416	208.100

² IGPM – Índice Geral de Preços do Mercado

Notas Explicativas



4.6. Gestão de Capital

Os objetivos da Companhia ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade do Grupo para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo.

Para manter ou ajustar a estrutura do capital, o Grupo pode rever a política de pagamento de dividendos, devolvendo capital aos acionistas ou, ainda, emitir novas ações ou vender ativos para reduzir, por exemplo, o nível de endividamento.

Condizente com outras companhias do setor, o Grupo monitora o capital com base no índice de alavancagem financeira. Esse índice corresponde à dívida líquida dividida pelo capital total.

A dívida líquida, por sua vez, corresponde ao total de empréstimos (incluindo empréstimos de curto e longo prazo), subtraído do montante de Caixa e Equivalente de Caixa. O capital total é apurado por meio da soma do Patrimônio Líquido com a dívida líquida.

Descrição	Consolidado	
	30 de junho 2013	31 de dezembro 2012
Total dos Empréstimos	437.067	338.110
Debêntures	300.833	-
Menos: Caixa e Equivalentes de Caixa	(473.303)	(172.740)
Dívida Líquida	264.597	165.370
Total do Patrimônio Líquido	1.714.481	1.777.333
Total do Capital	1.979.078	1.942.703
Índice de Alavancagem Financeira (%)	13,37%	8,51%

4.7. Estimativa do Valor Justo

Pressupõe-se que os saldos das Contas a Receber de Clientes e Contas a Pagar aos Fornecedores pelo valor contábil, menos a perda por *impairment*, esteja próxima de seus valores justos. O valor justo dos Passivos Financeiros, para fins de divulgação, é estimado mediante o desconto do fluxo de caixa contratual futuro pela taxa de juros vigente no mercado, que está disponível para o Grupo para instrumentos financeiros similares.

O Grupo aplica o CPC 46 para instrumentos financeiros mensurados no Balanço Patrimonial pelo valor justo, o que requer divulgação das mensurações do valor justo pelo nível da seguinte hierarquia de mensuração pelo valor justo:

- Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos a que a entidade possa ter acesso na data de mensuração (Nível 1).

Notas Explicativas



- Informações observáveis para o ativo ou passivo, seja direta ou indiretamente, exceto preços cotados incluídos no Nível 1 (Nível 2).
- Dados não observáveis para o ativo ou passivo (Nível 3).

A tabela abaixo apresenta os ativos do Grupo mensurados pelo valor justo em 30 de junho de 2013. O Grupo não possui passivos mensurados a valor justo nessa data base.

Descrição	Nível 3	Consolidado Saldo total
Ativos		
Ativos Financeiros ao Valor Justo por Meio do Resultado		
Ações	54.981	54.981
Ativos Financeiros Disponíveis para Venda		
Ativo Indenizatório (Concessão)	2.495.836	2.495.836
Outros	217	217
Total do Ativo	2.551.034	2.551.034

A tabela a seguir apresenta os ativos do Grupo mensurados pelo valor justo em 31 de dezembro de 2012.

Descrição	Nível 1	Nível 3	Consolidado Saldo total
Ativos			
Ativos Financeiros ao Valor Justo por Meio do Resultado			
Títulos Públicos	16.343	-	16.343
Ações	-	54.981	54.981
Ativos Financeiros Disponíveis para Venda			
Ativo Indenizatório (Concessão)	-	2.390.674	2.390.674
Outros	-	217	217
Total do Ativo	16.343	2.445.872	2.462.215

O valor justo dos instrumentos financeiros negociados em mercados ativos (como títulos mantidos para negociação e disponíveis para venda) é baseado nos preços de mercado, cotados na data do balanço.

Um mercado é visto como ativo se os preços cotados estiverem prontos e regularmente disponíveis a partir da Bolsa de Valores, distribuidor, corretor, grupo de indústrias, serviço de precificação, ou agência reguladora, e aqueles preços representam transações de mercado reais e que ocorrem regularmente em bases puramente comerciais. O preço de mercado cotado utilizado para os ativos financeiros mantidos pelo Grupo é o preço de concorrência atual. Esses instrumentos estão incluídos no Nível 1.

O valor justo dos instrumentos financeiros que não são negociados em mercados ativos é determinado mediante o uso de técnicas de avaliação. Essas técnicas de avaliação maximizam o uso dos dados adotados pelo mercado em que está disponível e utilizando o mínimo possível das estimativas específicas da entidade. Se todas as informações relevantes exigidas para o valor justo de um instrumento forem adotadas pelo mercado, o instrumento estará incluído no Nível 2. Se uma ou mais informações relevantes não estiverem baseadas em dados adotados pelo

Notas Explicativas



mercado, o instrumento estará incluído no Nível 3.

Técnicas de avaliação específicas utilizadas para valorizar os instrumentos financeiros incluem:

- Preços de mercado cotados ou cotações de instituições financeiras ou corretoras para instrumentos similares;
- Outras técnicas, como a análise de fluxos de caixa descontados, são utilizadas para determinar o valor justo para os instrumentos financeiros remanescentes.

5. Instrumentos Financeiros por Categoria

A tabela a seguir apresenta os Instrumentos Financeiros por Categoria em 30 de junho de 2013.

Descrição					Consolidado
	Ativos ao Valor Justo por Meio do Resultado	Empréstimos e Recebíveis	Disponível para Venda	Passivos Financeiros Avaliados ao Custo Amortizado	Total
Ativo					
Caixa e Equivalentes	-	473.303	-	-	473.303
Ações	54.981	-	-	-	54.981
Ativo Indenizatório (Concessão)	-	-	2.495.836	-	2.495.836
Contas a Receber de Clientes	-	1.270.992	-	-	1.270.992
Outros	-	-	217	-	217
	54.981	1.744.295	2.496.053	-	4.295.329
Passivo					
Fornecedores	-	-	-	546.637	546.637
Empréstimos	-	-	-	437.067	437.067
Debêntures	-	-	-	300.833	300.833
	-	-	-	1.284.537	1.284.537

A tabela a seguir apresenta os Instrumentos Financeiros por Categoria em 31 de dezembro de 2012.

Descrição					Consolidado
	Ativos ao Valor Justo por Meio do Resultado	Empréstimos e Recebíveis	Disponível para Venda	Passivos Financeiros Avaliados ao Custo Amortizado	Total
Ativo					
Caixa e Equivalentes	-	172.740	-	-	172.740
Títulos Públicos	16.343	-	-	-	16.343
Ações	54.981	-	-	-	54.981
Ativo Indenizatório (Concessão)	-	-	2.390.674	-	2.390.674
Contas a Receber de Clientes	-	1.565.058	-	-	1.565.058
Outros	-	-	217	-	217
	71.324	1.737.798	2.390.891	-	4.200.013
Passivo					
Fornecedores	-	-	-	703.281	703.281
Empréstimos	-	-	-	338.110	338.110
	-	-	-	1.041.391	1.041.391

Notas Explicativas



6. Qualidade do Crédito dos Ativos Financeiros

A qualidade do crédito dos ativos financeiros pode ser avaliada mediante referência às classificações interna de cessão de limites de crédito:

Descrição	Consolidado	
	30 de junho 2013	31 de dezembro 2012
Contas a Receber de Clientes		
Grupo 1 – Clientes com Arrecadação no Vencimento	585.681	911.371
Grupo 2 – Clientes com média de atraso entre 01 e 90 dias	107.769	143.932
Grupo 3 – Clientes com média de atraso superior a 91 dias	577.542	509.755
	1.270.992	1.565.058

Todos os demais ativos financeiros que o Grupo mantém, principalmente, contas correntes e aplicações financeiras são considerados de alta qualidade e não apresentam indícios de perdas.

7. Caixa e Equivalentes de Caixa

Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo e não para outros fins. O Grupo considera equivalentes de caixa uma aplicação financeira de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa.

Descrição	Controladora		Consolidado	
	30 de junho 2013	31 de dezembro 2012	30 de junho 2013	31 de dezembro 2012
Recursos em Banco e em Caixa	2.148	1.216	69.712	47.852
Aplicações Financeiras de Liquidez Imediata ³	21.395	36.653	403.591	124.888
	23.543	37.869	473.303	172.740

O saldo de Aplicações Financeiras de Liquidez Imediata do Grupo obteve crescimento em 30 de junho de 2013 em função da emissão de Debêntures (vide nota 20).

8. Títulos e Valores Mobiliários

Os ativos não circulantes mantidos para a venda são mensurados com base no menor valor entre o valor contábil e o valor justo e não são depreciados ou amortizados.

³ As Aplicações Financeiras de Liquidez Imediata são de alta liquidez, prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa, não estando sujeitos a risco significativo de mudança de valor. Esses títulos referem-se a certificados de depósito bancários (CDBs), remunerados em média pela taxa de 100% da variação do CDI.

Notas Explicativas

Descrição	Controladora		Consolidado	
	30 de junho 2013	31 de dezembro 2012	30 de junho 2013	31 de dezembro 2012
Mantidos para Negociação				
Títulos Públicos	-	-	-	16.343
Ações Casan ⁴	54.981	54.981	54.981	54.981
Disponível para Venda				
Outros Investimentos	217	217	217	217
	55.198	55.198	55.198	71.541
Circulante				
Não Circulante	-	-	-	16.343
	55.198	55.198	55.198	55.198

8.1. Companhia Catarinense de Águas e Saneamento – Casan

A Companhia possui 55.364.810 Ações Ordinárias – ON, e 55.363.250 Ações Preferenciais – PN, representando 15,48% do Capital Social da Casan. Por não possuir influência significativa na Casan a Companhia mensurou o valor justo de sua participação acionária.

Tendo em vista a Casan não possuir liquidez em suas ações negociadas em bolsa de valores, a Celesc decidiu estabelecer por meio de bases consistentes e aceitas pelo mercado um novo critério de avaliação do referido investimento, adotando o método do fluxo de caixa descontado.

Desta forma, a Companhia determinou o valor justo da Casan com base nas informações econômico-financeiras da Casan. O custo histórico de aquisição das ações da Casan é de R\$110.716.

Em 2012, com base no fluxo de caixa descontado, foi reconhecido no resultado financeiro da Companhia a provisão com perdas do valor justo, nos montantes R\$55.735, resultando no valor justo de R\$54.981 em 31 de dezembro de 2012.

⁴ Companhia Catarinense de Águas e Saneamento – Casan

Notas Explicativas



9. Contas a Receber de Clientes

a) Consumidores, Concessionárias e Permissionárias

Descrição	Saldos a Vencer	Vencidos até 90 dias	Vencidos há mais de 90 dias	Consolidado	
				30 de junho 2013	31 de dezembro 2012
Consumidores					
Residencial	143.469	50.786	56.920	251.175	324.499
Industrial	150.949	27.461	389.437	567.847	642.486
Comércio, Serviços e Outros	90.561	17.927	59.948	168.436	227.233
Rural	21.004	3.662	8.065	32.731	44.039
Poder Público	17.331	1.537	32.382	51.250	62.919
Iluminação Pública	11.808	251	15.088	27.147	29.818
Serviço Público	9.165	83	956	10.204	12.615
	444.287	101.707	562.796	1.108.790	1.343.609
Suprimento a Outras Concessionárias					
Concessionárias e Permissionárias	34.945	1.426	1.998	38.369	55.495
Transações no âmbito da CCEE (i)	115.173	-	-	115.173	150.653
Outros Créditos	(8.724)	4.636	12.748	8.660	15.301
	141.394	6.062	14.746	162.202	221.449
	585.681	107.769	577.542	1.270.992	1.565.058
Perdas Recuperáveis com Clientes (ii)				(485.673)	(474.252)
				785.319	1.090.806
Circulante				737.964	990.364
Não Circulante				47.355	100.442

i) Transações no âmbito da CCEE

O valor refere-se à venda de energia no mercado livre, por meio da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica – CCEE e por meio do Decreto nº 7.945/13 um aporte no montante de R\$32.354 mil.

ii) Perdas Não Recuperáveis com Clientes

A composição, por classe de consumo está demonstrada a seguir:

Descrição	Consolidado	
	30 de junho 2013	31 de dezembro 2012
Consumidores		
Residencial	56.911	71.900
Industrial	181.496	189.293
Têxtil (b.1)	134.686	96.131
Comércio, Serviços e Outras	56.061	60.154
Rural	5.151	5.682
Poder Público	31.789	32.417
Iluminação Pública	14.079	13.779
Serviço Público	917	934
Concessionárias e Permissionárias	1.109	488
Outros	3.474	3.474
	485.673	474.252
Circulante	350.987	474.252
Não Circulante	134.686	-

Notas Explicativas**b) Movimentação:**

Descrição	Consolidado
	Montante
Saldo em 31 de dezembro de 2012	474.252
Provisão Constituída no Período	43.948
Baixas de Contas a Receber	(32.527)
Saldo em 30 de junho de 2013	485.673

b.1) Perdas Não Recuperáveis com o Setor Têxtil

No ano de 2009 a Celesc Distribuição S.A. efetuou plano de ação de recuperação de débitos para empresas do ramo têxtil entre elas Buettner S.A., Companhia Industrial Schlösser S.A., Fábrica de Tecidos Carlos Renaux S.A. e TEKA – Tecelagem Kuehnrich.

Em 2011, a Buettner S.A. e a Companhia Industrial Schlösser S.A. entraram em recuperação judicial e com base na probabilidade de recuperação desses valores ser remota, a Celesc D provisionou o montante de R\$18.231 em 2011 e R\$16.888 em 2012, que representa a totalidade do crédito que a Celesc possui com essas empresas.

Em 2012, a Fábrica de Tecidos Carlos Renaux S.A. também entrou em liquidação judicial, todavia apresentou plano de recuperação judicial, demonstrando capacidade de pagamento do débito que possui com a Celesc D. Em 15 de julho de 2013, o Poder Judiciário do Estado de Santa Catarina, Comarca de Brusque, Vara Comercial, decretou a falência da Fábrica de Tecidos Carlos Renaux S.A.. Dessa forma, em 30 de junho de 2013, a Companhia constituiu provisão para o total deste parcelamento, ou seja, R\$42.992.

Ainda em 2012, a Tecelagem Kuehnrich – TEKA deu entrada em um pedido de recuperação judicial perante a Comarca de Blumenau, Santa Catarina. Tendo em vista o plano de recuperação ainda não ter sido aprovado e a probabilidade de recebimento do referido valor ser remota na avaliação da Administração, a Celesc D constituiu provisão da totalidade do parcelamento que a TEKA possui com a empresa no montante de R\$57.020.

Em junho de 2013 os valores referentes à constituição de provisão com as têxteis foram reclassificadas para o ativo não circulante.

Notas Explicativas**10. Ativo Indenizatório – Concessão**

Descrição	Consolidado	
	30 de junho 2013	31 de dezembro 2012
Em Serviço	2.198.273	2.088.265
Ativo de Concessão – Distribuição de Energia (a)	2.198.273	2.088.265
Em Curso	297.563	302.409
Ativo de Concessão – Distribuição de Energia (a)	297.563	302.409
Total	2.495.836	2.390.674
Não Circulante	2.495.836	2.390.674

Os contratos de concessão de distribuição e transmissão de energia elétrica do Grupo estão dentro dos critérios de aplicação da Interpretação Técnica ICPC 01 (IFRIC12), que trata de contabilidade de concessões.

Os ativos de concessão referem-se a créditos a receber do Poder Concedente (União), quando a Companhia possui direito incondicional de ser indenizada ao final da concessão, conforme previsto em contrato, a título de indenizações originadas nos contratos de concessão de serviços públicos de transmissão e distribuição de energia elétrica, pelos investimentos efetuados em infraestrutura e não recuperados por meio da tarifa. Estes ativos financeiros são classificados como “disponíveis para venda”.

a) Ativo Indenizatório (Concessão) – Distribuição de Energia

	Ativo Indenizatório
Saldo em 31 de dezembro de 2012	2.390.674
Adições	107.531
Baixas	(14.044)
Atualização (i)	11.675
Saldo em 30 de junho de 2013	2.495.836

(i) A Companhia reconheceu no resultado do semestre findo em 30 de junho de 2013 o montante de R\$11.675 mil, referente à valorização do ativo financeiro de concessão de distribuição de energia elétrica pelo Valor Novo de Reposição – VNR.

Notas Explicativas



11. Tributos a Recuperar ou Compensar

Descrição	Controladora		Consolidado	
	30 de junho 2013	31 de dezembro 2012	30 de junho 2013	31 de dezembro 2012
ICMS ⁵	-	-	41.189	47.753
PIS e COFINS ⁶	-	-	306	2.154
IRPJ e CSLL ⁷	2.564	2.573	15.619	53.730
Outros	85	262	2.645	2.516
	2.649	2.835	59.759	106.153
Circulante	2.649	2.835	39.484	92.093
Não Circulante	-	-	20.275	14.060

12. Outros Créditos

O valor a ser repassado pela Eletrobrás à Celesc D, em parcela única no mês de setembro de 2013, para cobertura do resultado positivo das Contas de Compensação de Variação de Valores de Itens da Parcela A – CVAs correspondentes à aquisição de energia e ao Encargo de Serviço do Sistema – ESS, no montante de R\$569,5 milhões.

Recursos da CDE para cobertura de CVA	
CVA Energia Comprada	513.707
CVA ESS	55.800
Total	569.507

13. Transações com Partes Relacionadas

a) Transações e Saldos

Descrição	Controladora
	Outros Créditos de Partes Relacionadas
Em 31 de dezembro de 2012	
Governo do Estado de SC	
Rede Subterrânea (i)	4.262
SC Parcerias S.A.(ii)	32.210
	36.472
Em 30 de junho de 2013	
Governo do Estado de SC	
Rede Subterrânea (i)	4.262
SC Parcerias S.A.(ii)	21.887
	26.149

⁵ Impostos sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e Prestação de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação – ICMS

⁶ Programa de Integração Social – PIS e Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social – COFINS

⁷ Imposto de Renda Pessoa Jurídica – IRPJ e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido – CSLL

Notas Explicativas



Descrição	Controladora	
	Receitas Financeiras	
Em 30 de junho de 2012		
Governo do Estado de SC		
Empréstimo para o Tesouro Estadual		324
SC Parcerias S.A.(ii)		2.839
		3.163
Em 30 de junho de 2013		
Governo do Estado de SC		-
SC Parcerias S.A.(ii)		1.703
		1.703

Descrição	Tributos a Recolher	Tributos a Compensar	Contas Receber por Vendas	Outros Créditos de Partes Relacionadas	Consolidado
					Outros Passivos de Partes Relacionadas
Em 31 de dezembro de 2012					
Governo do Estado de SC	45.005	47.753	8.710	-	-
Rede Subterrânea (i)	-	-	-	4.262	-
SC Parcerias S.A.(ii)	-	-	-	32.210	-
Celos	-	-	-	-	14.538
	45.005	47.753	8.710	36.472	14.538
Em 30 de junho de 2013					
Governo do Estado de SC	54.911	41.189	3.680	-	-
Rede Subterrânea (i)	-	-	-	4.262	-
SC Parcerias S.A.(ii)	-	-	-	21.887	-
Celos	-	-	-	-	9.812
	54.911	41.189	3.680	26.149	9.812

Descrição	Consolidado		
	Tributos Deduções da Receita ⁸	Receita de Vendas ⁹	Receitas Financeiras
Em 30 de junho de 2012			
Governo do Estado de SC	682.120	25.043	-
Empréstimo para o Tesouro Estadual	-	-	324
SC Parcerias S.A.(ii)	-	-	2.839
	682.120	25.043	3.163
Em 30 de junho de 2013			
Governo do Estado de SC	570.288	20.424	-
SC Parcerias S.A.(ii)	-	-	1.703
	570.288	20.424	1.703

⁸ As operações com tributos referem-se ao ICMS sobre as operações de venda de energia e são realizadas conforme a legislação específica.

⁹ A Receita de Vendas refere-se a venda de energia ao Governo do Estado efetuadas em termos iguais aos utilizados nas transações com partes independentes, considerando que o preço da energia é definido pela ANEEL por meio da resolução referente ao reajuste tarifário anual da Companhia.

Notas Explicativas



(i) Rede Subterrânea

Em 1995, a Companhia firmou convênio de cooperação técnica com o Governo do Estado de Santa Catarina e a Prefeitura de Florianópolis para implantação de rede subterrânea de energia elétrica no centro de Florianópolis.

O montante em aberto refere-se ao valor a ser repassado pelo Estado de Santa Catarina à Companhia e está em processo de negociação.

A Companhia está buscando junto ao Governo do Estado de Santa Catarina (Secretaria de Estado da Fazenda) alternativas para quitação do referido crédito.

(ii) SC Parcerias S.A.

De acordo com o Termo de Reconhecimento, Assunção e Parcelamento de Dívida firmado em 30 de abril de 2008, a dívida foi parcelada em 24 prestações mensais, cujas amortizações iniciaram em 31 de outubro de 2008.

Com a assinatura do 1º Aditivo ao Termo de Reconhecimento, Assunção e Parcelamento de Dívida em janeiro de 2011, o valor remanescente da dívida foi renegociado em 42 parcelas mensais com o primeiro pagamento em 31 de janeiro de 2011, sendo o saldo devedor corrigido à alíquota de 1% ao mês. Salientamos que as prestações referentes ao 1º Termo Aditivo estão sendo pagas regularmente pela SC Parcerias.

b) Remuneração do Pessoal Chave da Administração

A remuneração dos administradores (Conselho de Administração – CA, Conselho Fiscal – CF e Diretoria Executiva – DE) está demonstrada a seguir:

Descrição	Controladora		Consolidado	
	30 de junho 2013	30 de junho 2012	30 de junho 2013	30 de junho 2012
Administradores				
Honorários	3.250	3.107	3.251	3.549
Participação nos Lucros e/ou Resultados	-	-	-	207
Encargos Sociais	961	766	967	786
Outros	168	48	171	156
	4.379	3.921	4.389	4.698

Notas Explicativas



14. Investimentos em Controladas e Coligadas

Descrição	Controladora		Consolidado	
	30 de junho 2013	31 de dezembro 2012	30 de junho 2013	31 de dezembro 2012
Controladas				
Celesc D	1.134.895	1.219.509	-	-
Celesc G	284.195	247.966	-	-
	1.419.090	1.467.475	-	-
Controladas em Conjunto				
SCGÁS	81.646	78.876	81.646	78.876
ECTE	36.886	36.448	36.886	36.448
	118.532	115.324	118.532	115.324
Coligadas				
DFESA	27.209	32.535	27.209	32.535
SPEs ¹⁰	-	-	29.634	20.203
Cubatão	3.353	3.353	3.353	3.353
(-) Provisão para Perda em Investimento	(3.353)	(3.353)	(3.353)	(3.353)
	27.209	32.535	56.843	52.738
	1.564.831	1.615.334	175.375	168.062

a) Informações sobre Investimentos

Descrição	Milhares de Ações da Companhia Ordinárias	Participação da Companhia		Patrimônio Líquido Ajustado	Total de Ativos	Controladora
		Capital Social	Capital Votante			Lucro/Prejuízo Líquido Ajustado
Em 30 de junho de 2013						
Celesc D	630.000	100%	100%	1.134.895	5.063.107	(84.614)
Celesc G	43.209	100%	100%	284.195	319.545	25.229
ECTE	13.001	30,88%	30,88%	119.449	293.795	16.668
SCGÁS	45.476	17%	51%	214.703	369.129	20.585
Dfesa	153.382	23,03%	23,03%	118.148	334.785	16.878
Cubatão	1.600	40%	40%	1.649	5.620	(7)
Em 31 de dezembro de 2012						
Celesc D	630.000	100%	100%	1.219.509	4.665.693	(135.659)
Celesc G	43.209	100%	100%	247.966	292.821	(70.380)
ECTE	13.001	30,88%	30,88%	118.013	303.362	40.574
SCGÁS	45.476	17,00%	51,00%	199.761	320.539	23.609
Dfesa	153.382	23,03%	23,03%	141.270	372.994	35.385
Cubatão	1.600	40,00%	40,00%	1.649	5.620	(7)

¹⁰ Sociedade de Propósito Específico.

Notas Explicativas



Descrição						Consolidado
	Milhares de Ações da Companhia	Participação da Companhia		Patrimônio Líquido Ajustado	Total de Ativos	Lucro/Prejuízo Líquido Ajustado
		Ordinárias	Capital Social			
Em 30 de junho de 2013						
ECTE	13.001	30,88%	30,88%	119.439	293.795	16.668
SCGÁS	45.476	17%	51,00%	214.703	369.129	20.585
Dfesa	153.382	23,03%	23,03%	118.148	334.785	16.878
Cubatão	1.600	40%	40%	1.649	5.620	(7)
Rondinha Energética S.A.	15.424	32,50%	32,50%	55.288	70.531	(138)
Painel Energética S.A.	4.745	32,50%	32,50%	5.464	5.463	(14)
Campo Belo Energética S.A.	1.350	30%	30%	4.021	6.654	(28)
Cia Energética Rio das Flores	7.205	25%	25%	26.587	49.033	(687)
Xavantina Energética S.A.	162	40%	40%	2.489	2.551	-
Em 31 de dezembro de 2012						
ECTE	13.001	30,88%	30,88%	118.013	303.362	40.574
SCGÁS	45.476	17,00%	51,00%	199.761	320.539	23.609
Dfesa	153.382	23,03%	23,03%	141.270	372.994	35.385
Cubatão	1.600	40,00%	40,00%	1.649	5.620	(7)
Rondinha Energética S.A.	9.750	32,50%	32,50%	27.783	28.630	(314)
Painel Energética S.A.	4.745	32,50%	32,50%	5.408	5.457	(34)
Campo Belo Energética S.A.	1.350	30,00%	30,00%	4.015	6.648	(29)
Cia Energética Rio das Flores	5.930	25,00%	25,00%	24.712	52.532	171
Xavantina Energética S.A.	162	40,00%	40,00%	2.490	2.517	-

b) Movimentação dos Investimentos

Descrição						Controladora
	Celesc D	Celesc G	ECTE	SCGÁS	DFESA	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2012	1.219.509	247.966	36.448	78.876	32.535	1.615.334
Integralizações	-	11.000	-	-	-	11.000
Dividendos Creditados	-	-	(4.707)	-	(9.212)	(13.919)
Amortização Ágio	-	-	-	(733)	-	(733)
Resultado de Equivalência Patrimonial	(84.614)	25.229	5.145	3.503	3.886	(46.851)
Saldo em 30 de junho de 2013	1.134.895	284.195	36.886	81.646	27.209	1.564.831

Notas Explicativas



15. Imobilizado

a) Composição do saldo

Descrição	Consolidado						Total
	Terrenos	Reservatórios Barragens e Adutoras	Prédios e Construções	Máquinas e Equipamentos	Outros	Obras em Andamento	
Saldo em 31 de dezembro de 2012	9.202	76.655	2.942	18.595	332	147.567	255.293
Custo do Imobilizado	20.036	185.021	10.132	65.340	995	147.567	429.091
Provisão para Perdas	(10.834)	(89.069)	-	(20.926)	-	-	(120.829)
Depreciação Acumulada	-	(19.297)	(7.190)	25.819)	(663)	-	(52.969)
Saldo em 31 de dezembro de 2012	9.202	76.655	2.942	18.595	332	147.567	255.293
Adições	-	-	-	-	-	9.754	9.754
Baixas	-	-	-	-	-	(622)	(622)
Depreciação	-	(19.292)	(732)	(4.798)	(83)	-	(24.905)
Realização de Provisão para Perdas	-	11.102	408	2.550	21	-	14.081
Transferência	-	(4)	-	8	-	(4)	-
Saldo em 30 de junho de 2013	9.202	68.461	2.618	16.355	270	156.695	253.601
Custo do Imobilizado	9.202	185.017	10.132	65.349	997	156.695	427.392
Provisão para Perdas	-	(77.967)	408	(18.376)	21	-	(95.914)
Depreciação Acumulada	-	(38.589)	(7.922)	(30.617)	(748)	-	(77.877)
Saldo em 30 de junho de 2013	9.202	68.461	2.618	16.355	270	156.695	253.601

16. Intangível

Descrição	Controladora	
	31 de dezembro 2012	30 de junho 2013
Contrato de Concessão ECTE	8.523	8.493
		Amortizações (30)

Notas Explicativas



Consolidado				
Descrição	Contratos de Concessão (a)			Total
	Celesc D	Softwares Adquiridos	Ágios	
Saldo em 31 de dezembro de 2012	363.953	2.721	8.523	375.197
Custo Total	933.846	2.721	14.248	950.815
Amortização Acumulada	(569.893)	-	(5.725)	(575.618)
Saldo em 31 de dezembro de 2012	363.953	2.721	8.523	375.197
Adições	14.960	1.104	-	16.064
Baixas	(2.737)	-	-	(2.737)
Amortizações	(76.988)	(272)	(30)	(77.290)
Saldo em 30 de junho 2013	299.188	3.553	8.493	311.234
Custo Total	946.069	3.825	14.248	964.142
Amortização Acumulada	(646.881)	(272)	(5.755)	(652.908)
Saldo em 30 de junho de 2013	299.188	3.553	8.493	311.234

Os ágios gerados na aquisição da SCGÁS e da ECTE estão sendo amortizados pelo prazo de concessão de prestação de serviços públicos das referidas empresas.

a) Contratos de Concessão

Em conformidade com a Interpretação Técnica ICPC 01, contabilidade de concessões, foi registrado no Ativo Intangível a parcela da infraestrutura que será utilizada durante a concessão, composta pelos ativos da distribuição de energia elétrica, líquidos das participações de consumidores (obrigações especiais), quando aplicáveis.

A ANEEL, em conformidade ao marco regulatório brasileiro, é responsável por estabelecer a vida útil econômica dos ativos de concessão do setor elétrico, estabelecendo periodicamente uma revisão na avaliação destas taxas. As taxas estabelecidas pelo órgão regulador são utilizadas nos processos de revisão tarifária, cálculo de indenização ao final da concessão e são reconhecidas como uma estimativa razoável da vida útil dos ativos da concessão. Desta forma, esta taxa utilizada como base para a avaliação e amortização do ativo intangível na última Revisão Tarifária (agosto de 2012) foi de 3,75%.

Notas Explicativas**17. Resultado com Imposto de Renda Pessoa Jurídica e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido****a) Composição do Imposto de Renda e da Contribuição Social Diferidos Líquidos**

Descrição	Diferido Ativo		Diferido Passivo		Consolidado	
	30 de junho	31 de dezembro	30 de junho	31 de dezembro	30 de junho	31 de dezembro
	2013	2012	2013	2012	2013	2012
Diferenças Temporárias						
Provisão para Contingências	115.262	95.119	-	-	115.262	95.119
Provisão para Perdas em Ativos	72.843	93.627	-	-	72.843	93.627
Benefício Pós-Emprego	325.355	334.979	-	-	325.355	334.979
Custo Atribuído	-	-	62.285	70.510	(62.285)	(70.510)
IRPJ e CSLL Diferidos sobre o Prejuízo Fiscal	33.745	33.745	-	-	33.745	33.745
Repasse CDE	-	-	193.633	-	(193.633)	-
Outras Provisões	94.959	92.294	132.087	113.483	(37.128)	(21.189)
	642.164	649.764	388.005	183.993	254.159	465.771

	Consolidado	
	30 de junho	31 de dezembro
	2013	2012
Ativo	279.127	494.175
Passivo	(24.968)	(28.404)
Tributo Diferido Líquido	254.159	465.771

Notas Explicativas



b) Conciliação do IRPJ e da CSLL Corrente e Diferido

A reconciliação entre a despesa de imposto de renda e de contribuição social pela alíquota nominal e pela efetiva está demonstrada a seguir:

Descrição	Controladora		Consolidado	
	30 de junho 2013	30 de junho 2012	30 de junho 2013	30 de junho 2012
Lucro antes do IRPJ e a CSLL	(62.852)	13.540	152.250	13.540
Alíquota Nominal Combinada do IRPJ e da CSLL	34%	34%	34%	34%
IRPJ e SCLL	(21.370)	4.604	51.765	4.604
Adições e Exclusões Permanentes				
Equivalência Patrimonial	15.929	(6.256)	4.262	(3.276)
Benefício Fiscal	-	-	2.563	1.070
Incentivo Fiscal	-	-	39	225
Juros Sobre Capital Próprio	-	-	-	-
Provisões Indedutíveis	-	-	(1.199)	-
Multas Indedutíveis	-	-	6.132	1875
Participação dos Administradores	152	169	172	191
Repasse CDE	-	-	(193.633)	-
Outras Adições/Exclusões	5.289	1.483	(85.203)	(11.504)
	-	-	(215.102)	(6.815)
Corrente	-	-	3.425	7.032
Diferido	-	-	211.677	(217)
	-	-	(215.102)	6.815
Alíquota Efetiva	0%	0%	141,28%	50,33%

18. Fornecedores

Descrição	Consolidado	
	30 de junho 2013	31 de dezembro 2012
Energia Elétrica	482.235	573.165
Encargos de Uso da Rede Elétrica	25.718	55.048
Materiais e Serviços	38.684	75.068
	546.637	703.281

19. Empréstimos e Financiamentos

Os contratos de Empréstimos e Financiamentos são garantidos, principalmente, por recebíveis das Companhias.

Descrição	Taxa Anual de Juros e Comissões %	Consolidado	
		30 de junho 2013	31 de dezembro 2012
Empréstimos Bancários (a)	7,55 a.a.	200.195	110.682
Eletrobrás (b)	5,00 a.a.	198.342	189.260
Finame (c)	2,5 a 8,7 a.a.	38.530	38.168
		437.067	338.110
Circulante		176.072	81.064
Não Circulante		260.995	257.046

Notas Explicativas



a) Empréstimos Bancários

Visando atender as necessidades da Celesc D, o Conselho de Administração autorizou na reunião do dia 17 de outubro de 2012 a captação de recursos para Capital de Giro no valor de R\$110 milhões, a taxa de 7,55% a.a. com 12 (doze) meses de carência e 06 (seis) meses para pagamento. Este contrato tem como garantia os recebíveis e estão sendo anuídos pela ANEEL.

Em 17 de janeiro de 2013, o Conselho de Administração autorizou a captação de recursos para Capital de Giro da Celesc D no valor de R\$89 milhões a taxa de 7,55% a.a. com 15 (quinze) meses de carência e 9 (nove) para o pagamento.

b) Eletrobrás

Os valores contratados destinam-se, entre outras aplicações, aos programas de eletrificação rural, sendo que os recursos advêm da Reserva Global de Reversão – RGR e do Fundo de Financiamento da Eletrobrás. Em geral, estes contratos possuem carência de 24 meses, amortização com períodos de 60 meses, sendo alguns superiores a 96 meses, taxa de juros de 5% a.a. e taxa de administração de 2% a.a., oferecem os recebíveis como garantia e estão anuídos pela ANEEL.

c) Finame

O empréstimo contratado destinou-se a compra de máquinas e equipamentos da Celesc D e possui taxas de juros de 2,5% a.a. a 8,7% a.a.. Em caso de inadimplência, a garantia está vinculada aos recebíveis do contratante e estão anuídos pela ANEEL.

19.1. Composição dos Vencimentos de Longo Prazo

Os montantes não circulantes têm a seguinte composição, por ano de vencimento:

Descrição	Consolidado	
	30 de junho 2013	31 de dezembro 2012
Um a cinco anos	242.935	237.963
Acima de cinco anos	18.061	19.083
	260.995	257.046

20. Debêntures

A emissão de 30 mil Debêntures não conversíveis em ações com valor nominal unitário de R\$10 mil, para fins e efeitos legais, foi realizada em 15 de maio de 2013. Tendo um prazo de 72 meses contados da data de emissão, portanto, seu vencimento será no dia 15 de maio de 2019. A amortização será em 3 parcelas, anuais e consecutivas, sendo a primeira devida a partir do 48º mês contado da data de emissão, ou seja, em 15 de maio de 2017 e a remuneração será paga em parcelas semestrais e consecutivas, sem carência, a partir da data de emissão.

Notas Explicativas



Os recursos desta emissão destinam-se exclusivamente para reforço de capital de giro e realização de Investimentos. As Debêntures farão jus ao pagamento de juros remuneratórios correspondentes a 100% da variação acumulada das taxas médias diárias dos Depósitos Interfinanceiros – DI, “*over* extra-Grupo”, expressa na forma percentual ao ano, base 252 dias úteis, calculadas e divulgadas diariamente pela CETIP, acrescidos de uma sobretaxa ou *spread* de 1,30%.

As Debêntures têm como compromisso contratual (*covenant*) apresentar a relação Dívida Líquida/EBITDA superior a 2, a partir do ano de 2014.

Descrição	Consolidado	
	Moeda Nacional	
	Circulante	Não Circulante
Em 31 de Dezembro de 2012	-	-
Ingressos	-	300.000
Atualização Monetária	2.978	-
Transferências	(46)	46
Custos na Emissão de Debêntures	(319)	(1.826)
Em 30 de Junho de 2013	2.613	298.220

21. Tributos e Contribuições Sociais

a) Composição

Descrição	Controladora		Consolidado	
	30 de junho 2013	31 de dezembro 2012	30 de junho 2013	31 de dezembro 2012
ICMS	-	-	54.911	45.005
PIS e COFINS	-	-	32.588	22.747
REFIS	908	1.786	908	1.786
IRPJ e CSLL	-	-	5.190	10.921
INSS Parcelamento	-	-	2.819	3.150
Outros	112	243	5.095	6.157
	1.020	2.029	101.511	89.766
Circulante	1.020	1.988	101.511	89.725
Não Circulante	-	41	-	41

Notas Explicativas



22. Taxas Regulamentares

Descrição	Consolidado	
	30 de junho 2013	31 de dezembro 2012
Programa de Eficiência Energética – PEE	165.914	156.818
Encargo de Capacidade Emergencial – ECE	50.348	53.329
Conta de Consumo de Combustível – CCC	-	12.609
Pesquisa e Desenvolvimento – P&D	68.522	68.104
Conta de Desenvolvimento Energético – CDE	4.838	17.323
Encargos do Consumidor a Recolher	-	2.336
Reserva Global de Reversão – RGR	26	26
Outros	1.484	1.530
	291.132	312.075
Circulante	80.795	122.891
Não Circulante	210.337	189.184

23. Provisão para Contingências e Depósitos Judiciais

Nas datas das Demonstrações Financeiras, a Companhia apresentava os seguintes passivos, e correspondentes depósitos judiciais, relacionados às contingências:

Descrição	Controladora			
	Depósitos Judiciais		Provisões para Contingências	
	30 de junho 2013	31 de dezembro 2012	30 de junho 2013	31 de dezembro 2012
Contingências:				
Tributária	2.154	2.182	1.263	1.263
Regulatórias	6.627	6.627	6.627	6.627
Bloqueio judicial	118	-	-	-
	8.899	8.809	7.890	7.890
Descrição	Consolidado			
	Depósitos Judiciais		Provisões para Contingências	
	30 de junho 2013	31 de dezembro 2012	30 de junho 2013	31 de dezembro 2012
Contingências:				
Tributária	3.782	3.722	29.522	29.525
Trabalhistas	55.474	61.118	76.324	44.822
Cíveis	29.412	28.378	336.407	316.734
Regulatórias	46.405	46.405	44.813	35.564
Bloqueio judicial	118	-	-	-
	135.191	139.623	487.066	426.645

Notas Explicativas



A movimentação da provisão está demonstrada a seguir:

Descrição	Controladora		Consolidado	
	Depósitos Judiciais	Provisões para Contingências	Depósitos Judiciais	Provisões para Contingências
Saldos em 31 de dezembro de 2012	8.809	7.890	139.623	426.645
Adições	118	-	6.096	77.609
Baixas	(28)	-	(10.528)	(17.188)
Saldos em 30 de junho de 2013	8.899	7.890	135.191	487.066

A Companhia é parte envolvida em processos trabalhistas, cíveis, tributários e regulatórios em andamento, e está discutindo essas questões tanto na esfera administrativa como na judicial, os quais, quando aplicáveis, são amparados por depósitos judiciais. As provisões para as eventuais perdas decorrentes desses processos são estimadas e atualizadas pela administração, respaldadas pela opinião de seus consultores legais internos e externos.

A natureza das contingências pode ser sumariada como segue:

a) Contingências Tributárias

Estão relacionadas às contingências de ordem tributárias nas esferas federal, estadual e municipal.

b) Contingências Trabalhistas

Estão relacionadas às reclamações movidas por empregados e ex-empregados do Grupo e das empresas prestadoras de serviços relativas a questões de verbas rescisórias, salariais, enquadramentos e outros.

O principal incremento nas provisões trabalhistas durante o ano refere-se à ação movida pelo Ministério Público contra a Celesc D no que se refere às terceirizações. O processo encontra-se em fase de instrução e apresenta valor de R\$30 milhões. Os assessores jurídicos internos da Celesc D entendem que a mesma é provável de perda.

c) Contingências Cíveis

Decorre de ações judiciais movidas pelos consumidores (classe industrial), que reivindicam o reembolso de valores pagos resultantes da majoração da tarifa de energia elétrica, com base nas Portarias DNAEE nº 38, de 27 de fevereiro de 1986 e nº 45, de 04 de março de 1986, aplicadas durante a vigência do Plano Cruzado. A Celesc D constituiu provisão considerada suficiente para cobrir eventuais perdas com os processos dessa natureza.

Quanto ao efeito sobre os anos subsequentes, denominado “Efeito Cascata”, não é possível no momento avaliar as possíveis decisões do Judiciário bem como estimar os possíveis efeitos. Também foram constituídas provisões de diversas ações cíveis movidas por pessoas físicas e

Notas Explicativas



jurídicas, nas quais a Celesc D é ré, relativas a questões de indenizações causadas por falha na rede de energia elétrica (danos materiais, danos morais e lucros cessantes), desapropriação, corte (danos morais e danos materiais), acidente (danos morais, materiais e pensão), inscrição indevida no SERASA/SPC (danos morais), entre outras.

d) Contingências Regulatórias

A Celesc D foi autuada pela ANEEL em alguns processos administrativos que implicaram em multas pela transgressão de alguns itens da qualidade no atendimento de consumidores e outras matérias. A Celesc D recorreu na esfera administrativa contra as penalidades impostas.

e) Perdas Possíveis – Não Provisionadas

O Grupo tem ações de natureza tributária, trabalhista, cíveis, envolvendo riscos de perda classificados pela administração como possíveis, com base na avaliação de seus consultores jurídicos, para as quais não há provisão constituída, conforme composição e estimativa a seguir:

Descrição	Consolidado	
	30 de junho 2013	31 de dezembro 2012
Contingências:		
Tributárias	2.954	2.173
Trabalhistas	1.710	3.213
Cíveis	19.274	15.870
Regulatório	18.877	15.710
	42.815	36.966

24. Passivo Atuarial

Obrigações Registradas	Consolidado	
	30 de junho 2013	31 de dezembro 2012
Planos Previdenciários	1.021.853	1.008.435
Plano Misto/Transitório (a)	1.021.853	1.008.435
Outros Benefícios a Empregados	439.662	478.955
Plano Celos Saúde (b)	117.742	124.293
Programa de Demissão Voluntária Incentivada – PDVI (c)	24.551	34.882
Programa de Demissão Voluntária – PDV 2012 (d)	265.596	288.814
Outros Benefícios (e)	31.773	30.966
	1.461.515	1.487.390
Circulante	100.398	130.960
Não Circulante	1.361.117	1.356.430

A Celesc D é patrocinadora da Fundação de Seguridade Social – Celos, entidade fechada de previdência privada, sem fins lucrativos, que tem como objetivo principal a complementação de aposentadoria para os participantes representados basicamente pelos seus empregados.

Notas Explicativas



Em função da atual conjuntura econômica brasileira, de aumento nas taxas de juros, a Companhia entende que o incremento na taxa de desconto, que poderia ser considerado no cálculo de atualização do valor presente do passivo atuarial, e a variação no valor de mercado dos respectivos ativos não resultariam em efeitos significativos no saldo de Passivo Atuarial nem nos resultados de 2013 da Companhia.

a) Planos Previdenciários

A partir de janeiro de 1997, foi implementado um novo plano de previdência complementar para os novos empregados com características de contribuição variável, denominado “Plano Misto”, contemplando a renda de aposentadoria programada.

Para os participantes que pertenciam ao Plano Transitório foi elaborado um processo de migração dando oportunidade aos participantes do referido plano migrarem para o Plano Misto.

Este processo de migração se deu em dois períodos: de maio a agosto de 1999 e fevereiro de 2000. Mais de 98% dos empregados ativos optaram pela migração.

O Plano Misto tem características de benefício definido para a parcela de reserva matemática já existente na data da transição e contribuição definida para as contribuições posteriores a transição. O plano anterior de benefício definido, denominado “Plano Transitório” continua existindo, cobrindo quase que exclusivamente participantes aposentados e seus beneficiários.

A Celesc D firmou, em 30 de novembro de 2001, o contrato para pagamento de 277 contribuições adicionais mensais, com incidência de juros de 6% ao ano e atualização pela variação do Índice Geral de Preços do Mercado – IGP-M, para cobertura do passivo atuarial do Plano Misto e Transitório.

Em outubro de 2010 por meio de termo aditivo houve a mudança do indexador de atualização do IGP-M para o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA.

b) Plano Celos Saúde

A Celesc D oferece aos seus empregados ativos, aposentados e pensionistas plano de saúde (assistência médica, hospitalar e odontológica).

c) Programa de Demissão Voluntária Incentivada – PDVI

Por meio da Deliberação nº 243, de 09 de dezembro de 2002, a Celesc D aprovou o PDVI, o qual foi homologado pelo Governo do Estado de Santa Catarina visando à redução de custos operacionais.

Esse programa foi implementado a partir de janeiro 2003 e teve a adesão de 1.089 empregados. Até 30 de junho de 2013 a Celesc D havia quitado o débito com 907 beneficiários (870 em 31 de dezembro de 2012).

Notas Explicativas



d) Programa de Demissão Voluntária – PDV 2012

Por meio da Deliberação nº 168, de 15 de maio de 2012, a Celesc D aprovou o Plano de Adequação de Quadros, do qual faz parte o Plano de Demissão Voluntária – PDV.

Esse programa foi implementado a partir de novembro de 2012 e teve, em um primeiro momento, a adesão de 734 empregados. Até junho de 2013 houve a inclusão de mais 19 empregados, totalizando 753. Desligaram-se da Celesc D, até 30 de junho de 2013, 753 beneficiários (432 em 31 de dezembro de 2012).

Até 30 de junho de 2013 a Celesc D havia quitado o débito com 36 beneficiários.

e) Outros Benefícios

Tratam-se de valores referentes ao auxílio deficiente, auxílio funeral, indenização por morte natural ou acidental e benefício mínimo a aposentadoria.

25. Patrimônio Líquido

a) Capital Social

O Capital Social da Celesc atualizado, subscrito e integralizado, é de R\$1.017.700, representado por 38.571.591 ações nominativas, sem valor nominal, sendo 15.527.137 ações ordinárias (40,26%) com direito a voto e 23.044.454 ações preferenciais (59,74%), também nominativas. As Ações Preferenciais têm prioridade no recebimento de dividendos à base de 25%, não cumulativos.

A composição acionária, em número de ações dos acionistas com mais de 5% de qualquer espécie ou classe, está representada conforme o quadro a seguir:

Acionista	Ações Ordinárias		Ações Preferenciais		Total	
	Quantidade	%	Quantidade	%	Quantidade	%
Estado de Santa Catarina	7.791.010	50,17	191	-	7.791.201	20,20
PREVI	5.140.868	33,11	437.807	1,90	5.578.675	14,46
Celos	1.092.474	7,04	230.800	1,00	1.322.274	3,43
Fundo de Investimentos Geração Futuro	498.600	3,21	2.512.000	10,90	3.011.600	7,81
Centrais Elétricas Brasileiras - Eletrobrás*	4.233	0,03	4.142.774	17,98	4.147.007	10,75
Fundo de Investimentos Tarpon	-	-	5.177.623	22,47	5.177.623	13,42
MCAP Poland FIA	-	-	2.817.800	12,23	2.817.800	7,31
Outros	999.452	6,44	7.725.459	33,52	8.725.411	22,62
Total	15.527.137	40,26	23.044.454	59,74	38.571.591	100

b) Ajuste de Avaliação Patrimonial

O quadro a seguir demonstra o efeito líquido no montante de R\$ 3.148 mil no Patrimônio Líquido:

Ajuste de avaliação patrimonial	3.148
Deemed Cost - Celesc G	120.906
Ajuste Passivo Atuarial - Celesc D (CPC – 33)	(117.758)

Notas Explicativas



c) Lucro ou Prejuízo Diluído por Ação

O cálculo do lucro por ação básico e diluído em 30 de junho de 2013 e de 2012 foi baseado no lucro líquido do período e o número médio ponderado de ações ordinárias e preferenciais em circulação durante os períodos apresentados.

Em 30 de junho de 2013 e 30 de junho de 2012, as quantidades de ações da Companhia não sofreram alterações. Não houve transações envolvendo ações ordinárias ou potenciais ações ordinárias entre a data do balanço patrimonial e data da conclusão destas informações trimestrais.

Nos trimestres findos em 30 de junho de 2013 e 2012 a Companhia não possuía instrumentos conversíveis em ação que gerassem impacto diluidor no lucro por ação.

26. Seguros

As coberturas de seguros, em 30 de junho de 2013, foram contratadas pelos montantes a seguir indicados, consoante apólices de seguros:

Empresa	Ramo	Ativos Cobertos	Vigência	Consolidado
				Segurado
Celesc D	Seguro Garantia	Bens e Direitos Concessionários	08.11.2011 à 31.12.2013	400.000
Celesc D	Riscos Nomeados	Prédio Sede	01.01.2013 à 31.12.2013	52.360
Celesc D	Transporte Nacional	Transporte Mercadorias	01.01.2013 à 31.12.2013	3.500
Celesc D	Riscos Nomeados	Subestações	14.05.2012 à 13.05.2013	20.000
Celesc G	Incêndio/Raio/Explosão	Usinas e Subestações	08.06.2012 à 08.06.2013	18.768
Celesc G	Queda de Aeronave	Usinas e Subestações	08.06.2012 à 08.06.2013	9.384
Celesc G	Vendaval	Usinas e Subestações	08.06.2012 à 08.06.2014	9.384
Celesc G	Danos Elétricos	Usinas e Subestações	08.06.2012 à 08.06.2014	18.768

As premissas de risco adotadas, em razão de sua natureza, não fazem parte do escopo da revisão das informações trimestrais, conseqüentemente, não foram revisadas pelos nossos auditores independentes.

27. Informações por Segmento de Negócios

A administração definiu os segmentos operacionais da Companhia, com base nos relatórios utilizados para a tomada de decisões estratégicas, revisados pela Diretoria Executiva.

A apresentação dos segmentos é consistente com os relatórios internos fornecidos à Diretoria Executiva da Companhia, responsável pela alocação de recursos e pela avaliação de desempenho dos segmentos.

As informações por segmento de negócios, revisadas pela Diretoria Executiva correspondentes aos exercícios findos em 30 de junho de 2013 e 2012, são as seguintes:

Notas Explicativas



30 de junho de 2013

Descrição	Controladora	Celesc D	Celesc G	Ajustes de Consolidação	Total
Receita	-	2.321.868	45.683	(870)	2.366.681
Custo das Vendas	-	(1.854.636)	(16.699)	870	(1.870.465)
Lucro Bruto	-	467.232	28.984	-	496.216
Despesas com Vendas	-	(107.342)	-	-	(107.342)
Despesas Gerais e Administrativas	(17.697)	(172.346)	(4.923)	-	(194.966)
Outras Receitas/Despesas Líquidas	-	(80.855)	(2.371)	-	(83.226)
Resultado de Equivalência Patrimonial	(46.851)	-	(228)	59.385	12.306
Lucro Operacional	(64.548)	106.689	21.462	59.385	122.988
Receitas Financeiras	2.462	66.052	4.221	-	72.735
Despesas Financeiras	(766)	(42.242)	(465)	-	(43.473)
Resultado Financeiro Líquido	1.696	23.810	3.756	-	29.262
Lucro antes IRPJ e CSLL	(62.852)	130.499	25.218	59.385	152.250
IRPJ e CSLL	-	(215.113)	11	-	(215.102)
Lucro/Prejuízo do Exercício	(62.852)	(84.614)	25.229	59.385	(62.852)
Informações Suplementares					
Total dos Ativos	1.725.312	5.063.107	319.545	-	7.107.964
Total dos Passivos	10.831	3.928.213	35.352	-	4.874.396

Em 30 de junho de 2012

Descrição	Controladora	Celesc Distribuição	Celesc Geração	Ajustes de Consolidação	Total
Receita	-	2.077.252	34.962	(1.338)	2.110.876
Custo das Vendas	-	(1.839.282)	(8.022)	1.280	(1.846.024)
Lucro Bruto	-	237.970	26.940	(58)	264.852
Despesas com Vendas	-	(84.655)	(1.166)	-	(85.821)
Despesas Gerais e Administrativas	(9.459)	(138.970)	(6.234)	58	(154.605)
Outras Receitas/Despesas Líquidas	-	(36.887)	(704)	-	(37.591)
Resultado de Equivalência Patrimonial	18.401	-	(347)	(8.766)	9.288
Lucro Operacional	8.942	(22.542)	18.489	(8.766)	(3.877)
Receitas Financeiras	5.363	60.363	750	-	66.476
Despesas Financeiras	(765)	(41.325)	(154)	-	(42.244)
Resultado Financeiro Líquido	4.598	19.038	596	-	24.232
Lucro antes IRPJ e CSLL	13.540	(3.504)	19.085	(8.766)	20.355
IRPJ e CSLL	-	(1.139)	(5.676)	-	(6.815)
Lucro/Prejuízo do Exercício	13.540	(4.643)	13.409	(8.766)	13.540
Informações Suplementares					
Total dos Ativos	2.184.786	4.355.439	409.279	-	7.049.504
Total dos Passivos	12.100	2.881.467	83.525	-	3.177.102

Notas Explicativas



27.1. Receita Operacional Consolidada

	Consolidado	
	30 de junho 2013	30 de junho 2012
Receita Operacional Bruta		
Fornecimento de Energia Elétrica (a)	2.430.807	2.966.652
Suprimento de Energia Elétrica (a)	72.209	77.093
Disponibilização da Rede Elétrica	111.438	176.007
Energia de Curto Prazo	390.260	-
Arrendamento e Aluguéis	22.181	20.861
Renda de Prestação de Serviços	1.732	3.208
Outras Receitas Operacionais	5.101	6.108
Doações e Subvenções (i)	133.121	-
Receita de Construção	122.997	144.462
	3.289.846	3.394.391
Deduções da Receita Operacional Bruta		
ICMS	(570.288)	(684.953)
PIS	(51.155)	(56.419)
COFINS	(235.620)	(246.308)
ISS	(97)	(148)
Reserva Global de Reversão - RGR	(3.498)	(24.731)
Conta de Desenvolvimento Energético - CDE	(29.029)	(103.939)
Conta Consumo Combustíveis - CCC	(12.610)	(141.537)
Pesquisa e Desenvolvimento - P & D	(10.819)	(9.800)
Programa Eficiência Energética - PEE	(10.049)	(9.800)
Outros Encargos	-	(5.880)
	(923.165)	(1.283.515)
Receita Operacional Líquida	2.366.681	2.110.876

(i) Valor repassado pela Eletrobrás, referente ao ressarcimento dos descontos incidentes sobre as tarifas aplicáveis aos usuários do serviço público de distribuição de energia elétrica, conforme previsto no art. 13, inciso VII, da Lei nº 10.438, de 26 de abril de 2002, redação dada pela MP nº 605, de 23 de janeiro de 2013, e em cumprimento ao disposto no art. 3º do Decreto nº 7.891, de 23 de janeiro de 2013. A Aneel efetuou o adiantamento das parcelas referentes aos períodos de maio a novembro de 2013, no montante de R\$186.369 mil, os quais estão sendo contabilizados na rubrica Outros Passivos Circulantes e são apropriados ao resultado conforme sua competência.

Notas Explicativas



a) Fornecimento e Suprimento de Energia Elétrica

A composição da receita bruta de fornecimento e suprimento de energia elétrica por classe de consumidores é a seguinte:

Descrição	Número de Consumidores (i)		MWh (i)		Receita Bruta	
	30.06.2013	30.06.2012	30.06.2013	30.06.2012	30.06.2013	30.06.2012
Residencial	1.972.755	1.900.579	2.475.423	2.390.326	821.404	1.013.049
Industrial	94.718	88.311	2.278.208	2.460.583	722.715	903.514
Comercial	226.426	217.472	1.758.270	1.718.231	602.757	712.761
Rural	230.400	229.777	619.754	607.816	123.911	147.074
Poder Público	20.406	19.285	194.729	195.985	67.062	82.485
Iluminação Pública	520	463	268.405	261.956	50.272	59.632
Serviço Público	2.546	2.351	157.006	149.335	42.686	48.137
Total do Fornecimento	2.547.771	2.458.238	7.751.795	7.784.232	2.430.807	2.966.652
Suprimento de Energia	62	53	739.021	833.629	72.209	77.093
Total	2.547.833	2.458.291	8.490.816	8.617.861	2.503.016	3.043.745

(i) Informações não revisadas

27.2. Custos e Despesas Operacionais Consolidadas

Os custos e despesas operacionais consolidados são compostos pelas seguintes naturezas de gastos:

Descrição	Consolidado em 30 de junho 2013				
	Custos de Bens e/ou Serviços	Despesas Gerais e Administrativas	Despesas com Vendas	Outras Despesas/ Receitas Líquidas	Total
Energia Elétrica Comprada para Revenda (a)	1.476.310	-	-	-	1.476.310
Pessoal (b)	147.563	58.938	18.628	7.178	232.307
Administradores	-	4.389	-	-	4.389
Despesa Atuarial	-	64.190	-	-	64.190
Entidade de Previdência Privada (b)	8.317	2.406	1.000	-	11.723
Material	5.917	2.532	1	-	8.450
Custo de Construção	122.997	-	-	-	122.997
Custos e Serviços de Terceiros	30.170	38.285	33.939	264	102.658
Depreciação e Amortização	86.476	15.632	-	-	102.108
Provisões Líquidas	(14.083)	-	11.421	60.421	57.759
Taxa de Fiscalização ANEEL	-	-	-	5.669	5.669
Comp. Fnc. p/ Utilização Recursos Hídricos	-	-	-	480	480
Outros Custos e Despesas	6.798	8.594	42.353	9.214	66.959
	1.870.465	194.966	107.342	83.226	2.255.999

Notas Explicativas



Consolidado 30 de junho 2012

Descrição	Custos de Bens e/ou Serviços	Despesas Gerais e Administrativas	Despesas com Vendas	Outras Despesas/ Receitas líquidas	Total
Energia Elétrica Comprada para Revenda (a)	1.445.651	-	-	-	1.445.651
Pessoal (b)	147.484	60.833	19.216	1.988	229.521
Administradores	-	4.698	-	-	4.698
Despesa Atuarial	-	27.369	-	-	27.369
Entidade de Previdência Privada (b)	8.236	2.617	1.038	-	11.891
Material	8.579	3.268	6	-	11.853
Custo de Construção	144.462	-	-	-	144.462
Custos e Serviços de Terceiros	26.202	31.287	26.503	314	84.306
Depreciação e Amortização	58.715	21.924	-	-	80.639
Provisões Líquidas	-	587	27.543	15.271	43.401
Taxa de Fiscalização ANEEL	-	-	-	5.476	5.476
Comp. Fnc. p/ Utilização Recursos Hídricos	-	-	-	562	562
Outros Custos e Despesas	6.695	2.022	11.515	13.980	34.212
	1.846.024	154.605	85.821	37.591	2.124.041

a) Energia Elétrica Comprada para Revenda

Descrição	30 de junho 2013	GWh (i)	30 de junho 2012	GWh (i)
Centrais Elétricas Brasileiras S.A. – Eletrobrás	235.627	2.184	203.292	2.337
Tractebel Energia S.A.	198.598	398	183.615	1.418
Centrais Elétricas de Pernambuco S.A.	137.181	137	10.196	138
Termoelétricas Petrobrás S.A.	123.845	408	73.938	657
Companhia Energética de Petrolina – CEP	105.759	99	7.285	100
Energética Camacari Muricy S.A. – ECM	95.824	119	12.531	120
Furnas Centrais Elétricas S.A.	94.942	772	86.123	859
Arembepe Energia S.A.	94.033	119	12.766	120
Cemig Geração e Transmissão S.A.	74.661	495	73.074	529
Companhia Energética Potiguar	70.634	66	4.791	66
Companhia Energética de São Paulo – CESP	58.028	442	57.461	480
Copel Geração e Transmissão S.A.	57.923	468	55.288	492
Energética Suape II S.A.	44.127	101	7.267	101
Eletrobrás Termonuclear S.A.	38.410	252	-	-
Enguia Gen Ba Ltda - Jaguarari	32.327	5	2.949	314
Porto do Pecem Geração de Energia	32.041	234	-	-
Usina Xavantes S.A - Aruanã	22.460	18	1.695	18
Lages Bioenergética Ltda	20.349	96	18.565	96
Foz do Chapecó Energia AS	16.287	102	14.978	102
Brentech Energia S.A.	16.020	25	4.882	25
Companhia Energética Estreito	15.572	102	14.243	101
Usina Termelétrica de Anápolis Ltda	15.191	16	2.379	16
UTE Porto do Itaquí Geração de Energia	14.694	120	-	-
Cia de Ger. Term. de E.E. – Eletrobrás CGTEE	11.450	192	22.938	195
Outros	134.765	2.423	130.661	1.000
	1.760.298	9.378	1.000.917	9.284
Encargo de Uso da Rede Elétrica	273.716	-	220.586	-
Câmara de Comercialização de Energia Elétrica – CCCE	82.565	-	173.557	92
Proinfa	56.751	188	50.551	198
Recuperação de Despesas	(697.020)	-	-	-
	(283.988)	188	444.694	290
	1.476.310	9.566	1.445.651	9.574

(i) Informações não revisadas

Notas Explicativas



b) Pessoal e Entidade de Previdência Privada

Descrição	Controladora		Consolidado	
	30 de junho 2013	30 de junho 2012	30 de junho 2013	30 de junho 2012
Pessoal				
Remunerações	8.540	5.737	131.620	127.251
Encargos Sociais	-	-	48.355	50.769
Participação nos Lucros e Resultados	-	-	7.205	4.158
Benefícios Assistenciais	-	-	12.347	13.849
Provisões e Indenizações	130	27	32.738	33.394
Outros	42	71	42	100
Entidade de Previdência Privada	-	-	11.723	11.891
	8.712	5.835	244.030	241.412

27.3. Resultado Financeiro

Descrição	Controladora		Consolidado	
	30 de junho 2013	30 de junho 2012	30 de junho 2013	30 de junho 2012
Receitas Financeiras				
Renda de Aplicações Financeiras	759	1.575	5.866	13.792
Juros sobre Contas a Receber	-	324	-	28.086
Acréscimos Moratórios s/ Faturas de Energia Elétrica	-	-	26.409	-
Variações Monetárias	-	16	3.256	5.576
Incentivo Financeiro Fundo Social	-	-	8.700	8.100
Deságio Fornecedor	-	-	37	193
Desvalorização Cambial s/ Energia Vendida	-	-	3.353	4.561
Renda de Dividendos	-	504	-	504
Receita Financeira de VNR	-	-	15.604	-
Outras Receitas Financeiras	1.703	2.944	9.510	5.664
	2.462	5.363	72.735	66.476
Despesas Financeiras				
Encargos de Dívidas	-	-	(15.098)	(13.549)
Var. Mon. e Acréscimo Mor. Energia Comprada	-	-	(5.604)	-
Variações Monetárias	-	-	(64)	(9.537)
Amortização do Ágio	(763)	(763)	(763)	(763)
Atualização P&D e Eficiência Energética	-	-	(7.748)	(10.220)
Despesa Financeira de VNR	-	-	(3.929)	-
Juros e Custas com Debêntures	-	-	(2.978)	-
Outras Despesas Financeiras	(3)	(2)	(7.289)	(8.175)
	(766)	(765)	(43.473)	(42.244)
Resultado Financeiro	1.696	4.598	29.262	24.232

Notas Explicativas



28.2. Demonstração do Resultado do Exercício – DRE

	30 de junho 2013	30 de junho 2012
Receita Operacional Líquida	2.321.868	2.077.252
Receita de Serviço de Energia Elétrica	2.198.871	1.932.790
Receita de Construção	122.997	144.462
Custos Operacionais	(1.854.636)	(1.839.282)
Custo de Serviço de Energia Elétrica	(1.731.639)	(1.694.820)
Custo de Construção	(122.997)	(144.462)
Lucro Operacional Bruto	467.232	237.970
Despesas Operacionais	(360.543)	(260.512)
Despesas com Vendas	(107.342)	(84.655)
Despesas Gerais e Administrativas	(172.346)	(138.970)
Outras Despesas Operacionais	(80.855)	(36.887)
Resultado do Serviço	106.689	(22.542)
Resultado Financeiro	23.810	19.038
Receitas Financeiras	66.052	60.363
Despesas Financeiras	(42.242)	(41.325)
Lucro Antes do IRPJ e da CSLL	130.499	(3.504)
IRPJ e CSLL	(21.481)	(1.139)
Corrente	-	(417)
Diferido	(215.113)	(722)
Lucro/Prejuízo do Exercício	(84.614)	(4.643)

28.2.1. Receita Operacional

	30 de junho 2013	30 de junho 2012
Receita Operacional Bruta		
Fornecimento de Energia Elétrica (a)	2.406.772	2.883.109
Suprimento de Energia Elétrica (a)	52.548	56.035
Disponibilização da Rede Elétrica	112.308	177.287
Energia de Curto Prazo	379.723	-
Arrendamento e Aluguéis	22.181	20.919
Renda de Prestação de Serviços	1.732	3.208
Serviço Taxado	4.919	5.420
Outras Receitas Operacionais	182	688
Doações e Subvenções	133.121	-
Receita Financeira sobre o Ativo Indenizatório	-	64.761
Receita de Construção	122.997	144.462
	3.236.483	3.355.889
Deduções da Receita Operacional Bruta		
ICMS	(566.165)	(682.120)
PIS	(50.365)	(56.082)
COFINS	(231.983)	(244.753)
ISS	(97)	(148)
Reserva Global de Reversão - RGR	(3.498)	(24.578)
Conta de Desenvolvimento Energético - CDE	(29.029)	(103.939)
Conta Consumo Combustíveis - CCC	(12.610)	(141.537)
Pesquisa e Desenvolvimento - P & D	(10.819)	(9.800)
Programa Eficiência Energética - PEE	(10.049)	(9.800)
Outros Encargos	-	(5.880)
	(914.615)	(1.278.637)
Receita Operacional Líquida	2.321.868	2.077.252

Notas Explicativas



a) Fornecimento e Suprimento de Energia Elétrica

A composição da receita bruta de fornecimento e suprimento de energia elétrica por classe de consumidores é a seguinte:

Descrição	Número de Consumidores (i)		MWh (i)		Receita Bruta	
	30.06.2013	30.06.2012	30.06.2013	30.06.2012	30.06.2013	30.06.2012
Residencial	1.972.755	1.900.579	2.475.423	2.390.326	821.404	990.935
Industrial	94.705	88.299	2.183.910	2.335.538	703.980	865.979
Comercial	226.425	217.471	1.732.979	1.712.323	597.457	696.232
Rural	230.400	229.777	619.754	607.816	123.911	143.863
Poder Público	20.406	19.285	194.729	195.985	67.062	80.684
Iluminação Pública	520	463	268.405	261.956	50.272	58.330
Serviço Público	2.546	2.351	157.006	149.335	42.686	47.086
Total do Fornecimento	2.547.757	2.458.225	7.632.206	7.653.279	2.406.772	2.883.109
Suprimento de Energia	47	46	641.742	663.529	52.548	56.035
Total	2.547.804	2.458.271	8.273.948	8.316.808	2.459.320	2.939.144

(i) Informações não Revisadas

28.2.2. Custos e Despesas Operacionais

Descrição	30 de junho 2013				
	Custos de Bens e/ou Serviços	Despesas Gerais e Administrativas	Despesas Vendas	Outras Despesas/ Receitas Líquidas	Total
Energia Elétrica Comprada para Revenda	2.171.790	-	-	-	2.171.790
Pessoal	144.809	46.673	18.628	7.178	217.288
Administradores	-	10	-	-	10
Despesa Atuarial	-	64.190	-	-	64.190
Entidade Previdência Privada	8.317	2.406	1.000	-	11.723
Material	5.888	2.512	1	-	8.401
Custo de Construção	122.997	-	-	-	122.997
Custos e Serviços de Terceiros	29.336	33.297	33.939	264	96.836
Depreciação e Amortização	61.725	15.262	-	-	76.987
Provisões Líquidas	-	-	11.421	59.244	70.665
Taxa de Fiscalização ANEEL	-	-	-	5.578	5.578
Outros Custos e Despesas	(690.226)	7.996	42.353	8.591	(631.286)
	1.854.636	172.346	107.342	80.855	2.215.179

Descrição	30 de junho 2012				
	Custos de Bens e/ou Serviços	Despesas Gerais e Administrativas	Despesas Vendas	Outras Despesas/ Receitas Líquidas	Total
Energia Elétrica Comprada para Revenda	1.445.395	-	-	-	1.445.395
Pessoal	145.843	50.707	19.216	1.988	217.754
Administradores	-	436	-	-	436
Despesa Atuarial	-	27.369	-	-	27.369
Entidade Previdência Privada	8.236	2.617	1.038	-	11.891
Material	8.493	3.163	6	-	11.662
Custo de Construção	144.462	-	-	-	144.462
Custos e Serviços de Terceiros	24.956	29.080	26.503	314	80.853
Depreciação e Amortização	55.286	21.924	-	-	77.210
Provisões Líquidos	-	-	26.377	15.271	41.648
Taxa de Fiscalização ANEEL	-	-	-	5.334	5.334
Outros Custos e Despesas	6.611	3.674	11.515	13.980	35.780
	1.839.282	138.970	84.655	36.887	2.099.794

Notas Explicativas



29. Informações Complementares da Celesc G

29.1. Balanço Patrimonial

		30 de	31 de
		junho	dezembro
		2013	2012
Ativo		32.673	14.522
	Circulante		
	Caixa e Equivalentes de Caixa	21.290	7.514
	Contas a Receber de Clientes	8.014	6.500
	Estoques	11	11
	Tributos a Recuperar	2.093	417
	Outros Créditos	1.265	80
	Não Circulante	286.872	278.299
	Tributos a Recuperar	65	65
	Depósitos Judiciais	84	80
	Tributos Diferidos	-	-
	Investimentos	29.631	20.203
	Imobilizado	253.539	255.231
	Intangível	3.553	2.720
Total do Ativo		319.545	292.821
		30 de	31 de
		junho	dezembro
		2013	2012
Passivo		8.563	15.809
	Circulante		
	Fornecedores	2.657	4.196
	Tributos e Contribuições Sociais	5.553	10.097
	Taxas Regulamentares	172	206
	Partes Relacionadas	156	1.304
	Outros Passivos	25	6
	Não Circulante	26.787	29.047
	Tributos Diferidos	24.968	28.404
	Provisão para Contingências	1.819	643
	Patrimônio Líquido	284.195	247.965
	Capital Social Realizado	123.000	112.000
	Reservas de Lucro	40.289	-907
	Ajuste de Avaliação Patrimonial	120.906	136.872
	Lucro/Prejuízo Acumulado	-	-
Total do Passivo		319.545	292.821

Notas Explicativas



29.2. Demonstração do Resultado do Exercício – DRE

	30 de junho 2013	30 de junho 2012
Receita Operacional Líquida	45.683	34.962
Receita	45.683	34.962
Custos Operacionais	(16.699)	(8.022)
Custo de Serviço de Energia Elétrica	(16.699)	(8.022)
Lucro Operacional Bruto	28.984	26.940
Despesas Operacionais	(7.522)	(8.451)
Despesas com Vendas	-	(1.166)
Despesas Gerais e Administrativas	(4.923)	(6.234)
Outras Despesas Operacionais	(2.371)	(704)
Resultado da Equivalência Patrimonial	(228)	(347)
Resultado do Serviço	21.462	18.489
Resultado Financeiro	3.756	596
Receitas Financeiras	4.221	750
Despesas Financeiras	(465)	(154)
Lucro Antes do IRPJ e da CSLL	25.218	19.085
IRPJ e CSLL	11	(5.676)
Corrente	(3.425)	(6.615)
Diferido	3.436	939
Lucro/Prejuízo do Exercício	25.229	13.409

29.2.1. Receita Operacional

	30 de junho 2013	30 de junho 2012
Receita Operacional Bruta		
Fornecimento de Energia Elétrica (a) - Industrial	18.735	17.812
Fornecimento de Energia Elétrica (a) - Comercial	5.300	970
Suprimento de Energia Elétrica (a)	19.661	15.082
Energia Elétrica de Curto Prazo (a)	10.537	5.976
	54.233	39.840
Deduções da Receita Operacional		
ICMS	(4.123)	(2.833)
PIS	(790)	(337)
COFINS	(3.637)	(1.555)
Reserva Global de Reversão - RGR	-	(153)
	(8.550)	(4.878)
Receita Operacional Líquida	45.683	34.962

Notas Explicativas



a) Fornecimento e Suprimento de Energia Elétrica

Descrição	Número de Consumidores (i)		MWh (i)		Receita Bruta	
	30.06.2013	30.06.2012	30.06.2013	30.06.2012	30.06.2013	30.06.2012
Fornecimento e Suprimento de Energia Elétrica						
Industrial	13	12	94.298	125.045	18.735	17.812
Comercial, Serviços e Outros	1	1	25.291	5.908	5.300	970
Suprimento de Energia e Energia de Curto Prazo	15	7	52.381	127.130	19.661	15.082
Energia de Curto Prazo (CCEE)	-	-	44.898	42.970	10.537	5.976
Total	29	20	216.868	301.053	54.233	39.840

(i) Informações não revisadas

29.2.2. Custos e Despesas Operacionais

Descrição	30 de junho de 2013				
	Custos de Bens e/ou Serviços	Despesas Gerais e Administrativas	Despesas de Vendas	Outras Despesas	Total
Energia Elétrica Comprada para Revenda	2.410	-	-	-	2.410
Pessoal	2.754	3.553	-	-	6.307
Administradores	-	-	-	-	-
Material	29	20	-	-	49
Custos e Serviços de Terceiros	834	744	-	-	1.578
Depreciação e Amortização	24.751	370	-	-	25.121
Compensação Financeira Recursos Hídricos	-	-	-	480	480
Provisões Líquidas	(14.083)	-	-	1.177	(12.906)
Taxa Fiscalização ANEEL	-	-	-	91	91
Outros Custos e Despesas	4	236	-	623	863
	16.699	4.923	-	2.371	23.993

Descrição	30 de junho de 2012				
	Custos de Bens e/ou Serviços	Despesas Gerais e Administrativas	Despesas de Vendas	Outras Despesas	Total
Energia Elétrica Comprada para Revenda	1.536	-	-	-	1.536
Pessoal	1.641	4.291	-	-	5.932
Administradores	-	341	-	-	341
Material	86	89	-	-	175
Custos e Serviços de Terceiros	1.246	779	-	-	2.025
Depreciação e Amortização	3.429	-	-	-	3.429
Compensação Financeira Recursos Hídricos	-	587	-	562	1.149
Provisões Líquidas	-	-	1.166	-	1.166
Taxa Fiscalização ANEEL	-	-	-	142	142
Outros Custos e Despesas	84	147	-	-	231
	8.022	6.234	1.166	704	16.126

30. Evento Subsequente

30.1 Subvenção e Repasse da CDE – Resolução Homologatória nº 1.574, de 30 de julho de 2013

A ANEEL por meio da Resolução Homologatória nº 1.574, de 30 de julho de 2013, homologou o repasse pela Eletrobrás à Celesc D, no período de competência de dezembro de 2013 a julho de 2014, até o 10º dia útil do mês subsequente, referente aos descontos incidentes sobre as tarifas aplicáveis aos usuários do serviço público de distribuição de energia elétrica, no valor mensal de

Notas Explicativas



R\$31,8 milhões.

Valor Mensal da Subvenção da CDE para custear descontos tarifários	
Subsídio Carga Fonte Incentivada	4.911
Subsídio Geração Fonte Incentivada	850
Subsídio Distribuição	15.210
Subsídio Água, Esgoto e Saneamento	963
Subsídio Rural	9.675
Subsídio Irrigante/Aquicultor	192
Total	31.801

30.2 Reajuste Tarifário da Celesc D

A ANEEL por meio da Resolução Homologatória nº 1.574, de 30 de julho de 2013, homologou as Tarifas de Energia – TEs e as Tarifas de Uso dos Sistemas de Distribuição – TUSDs dos consumidores atendidos pela área de concessão da Celesc D.

O reposicionamento tarifário da Celesc D é em média 15,37% (quinze vírgula trinta e sete por cento), sendo 14,50% (quatorze vírgula cinquenta por cento) referentes ao reajuste tarifário anual econômico e 0,87% (zero vírgula oitenta e sete por cento) relativos aos componentes financeiros pertinentes. O efeito médio percebido pelos consumidores do Grupo A e B é de 13,73%.

O valor das tarifas a ser praticado pela Celesc D a partir de 07 de agosto de 2013 a 06 de agosto de 2014, pode ser observado na tabela a seguir:

Subgrupo/Classe	Reajuste
A1 (230 kV ou mais)	19,15%
A2 (88 a 138 kV)	10,85%
A3 (69 kV)	16,62%
A3a (30 a 44 kV)	19,80%
A4 (2,3 a 25 kV)	14,10%
B1 (Baixa Tensão – Residencial e Baixa Renda)	12,90%
B2 (Baixa Tensão – Rural)	17,98%
B3 (Baixa Tensão – Demais Classes)	13,00%
B4 (Baixa Tensão – Iluminação Pública)	18,00%

Fonte: ANEEL

Outras Informações que a Companhia Entenda Relevantes



1. Ativos e Passivos Regulatórios (informações não auditadas)

Destina-se a contabilização dos custos não gerenciáveis, assim definidos pela ANEEL, incluídos na conta de Compensação da Variação dos Custos da “Parcela A” – CVA, e ainda não repassados às tarifas de fornecimento de energia elétrica.

Os referidos custos integram a base dos reajustes tarifários e são apropriados ao resultado, à medida que a receita correspondente é faturada aos consumidores conforme determinado nas Portarias Interministeriais nº 25 e nº 116, de 24 de janeiro de 2002 e 04 de abril de 2003 respectivamente, e disposições complementares da ANEEL. O saldo dessa conta é atualizado com base na taxa de juros utilizada pelo Sistema Especial de Liquidação e Custódia – Selic.

a) Conta de Compensação de Variação de Custos da “Parcela A” – CVA

Descrição	Consolidado	
	31 de dezembro 2012	30 de junho 2013
CVA 2012 - Período de 08.08.2011 a 07.08.2012	19.906	4.001
CVA 2013 - Período de 08.08.2011 a 07.08.2013	144.877	191.087
Total da CVA	164.783	195.088

Ativos e Passivos Regulatórios						
Descrição						Consolidado
	31 de dezembro 2012	Adição	Baixa	Atualiz.	Amortiz.	30 de junho 2013
ATIVO						
Conta de Cons. de Combustível - CCC	9.051	3.254	-	417	-	12.722
Conta de Desenv. Energético - CDE	12.645	-	(4.267)	218	(6.907)	1.689
Energia Comprada p/ Revenda	132.228	553.814	(513.707)	20.709	(12.821)	180.223
Encargos de Serviço do Sistema - ESS	4.766	61.988	(68.000)	1.246	-	-
Uso da Rede Básica	8.023	1.388	(7.742)	10	-	1.679
Transporte de Energia de Itaipu	501	-	-	15	(149)	367
Proinfa	10.237	8.841	-	428	(6.895)	12.611
Total	177.451	629.285	(593.716)	23.043	(26.772)	209.291
Parcelas Classif. no Circulante	177.451	517.873	(593.716)	23.043	(26.772)	97.879
Parcelas Classif. no Não Circulante	-	111.412	-	-	-	111.412
PASSIVO						
Conta de Cons. de Combustível - CCC	(1.507)	-	-	(34)	1.238	(303)
Energia Comprada p/ Revenda	(165)	-	-	(4)	136	(33)
Encargos de Serviço do Sistema - ESS	(9.919)	(6.387)	-	(227)	8.152	(8.381)
Transporte de Energia de Itaipu	(1.077)	-	-	(25)	886	(216)
Total	(12.668)	(38.799)	27.460	(608)	10.412	(14.203)
Parcelas Classif. no Circulante	(12.668)	(38.799)	27.460	(608)	10.412	(14.203)
Saldo da CVA	164.783	590.486	(566.256)	22.435	(16.360)	195.088

Outras Informações que a Companhia Entenda Relevantes



b) Outros Ativos Regulatórios

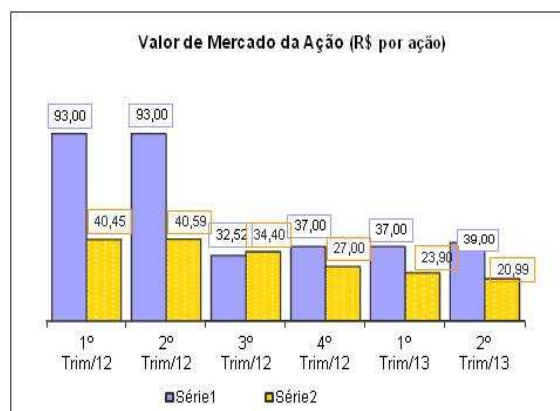
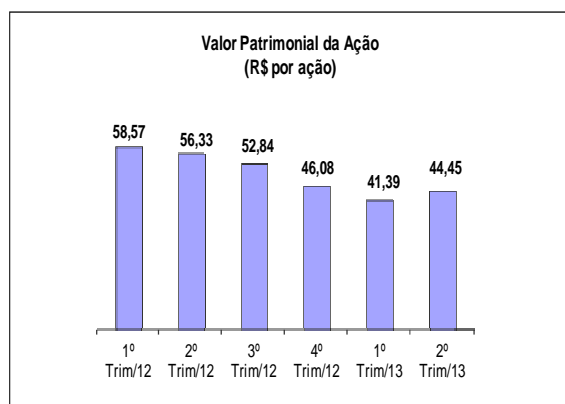
Descrição						Consolidado
	31 de dezembro 2012	Adição	Baixa	Atualização	Amortização	30 de junho 2013
Ativos Reg. - Outros Itens Financeiros	57.152	-	-	-	(38.516)	18.636
Total	57.152	-	-	-	(38.516)	18.636
Circulante	57.152	-	-	-	(38.516)	18.636

c) Outros Passivos Regulatórios

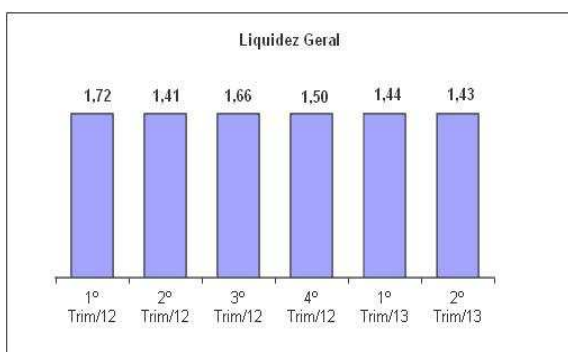
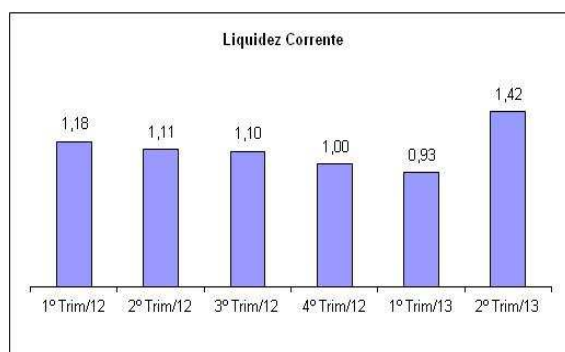
Descrição						Consolidado
	31 de dezembro 2012	Adição	Baixa	Atualização	Amortização	30 de junho 2013
Passivos Reg. - Neutralidade Encargos Setoriais	(28.911)	-	-	-	24.781	(4.130)
Total	(28.911)	-	-	-	24.781	(4.130)
Circulante	(28.911)	-	-	-	24.781	(4.130)

2. Indicadores Financeiros

2.1. Patrimoniais



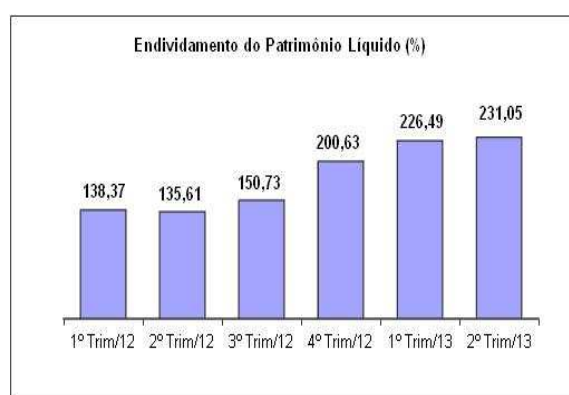
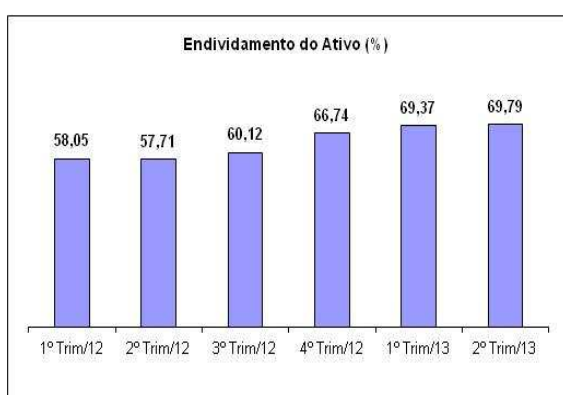
2.2. Liquidez



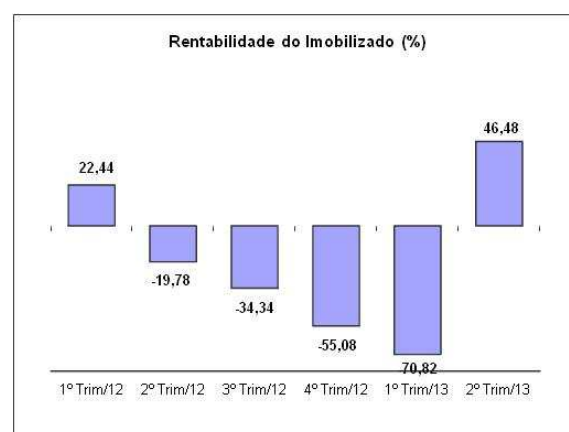
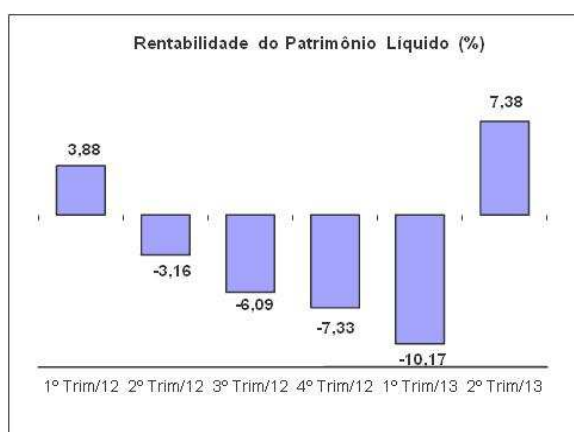
Outras Informações que a Companhia Entenda Relevantes



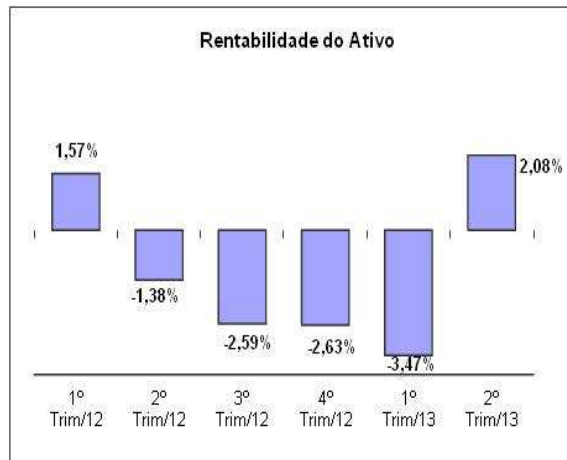
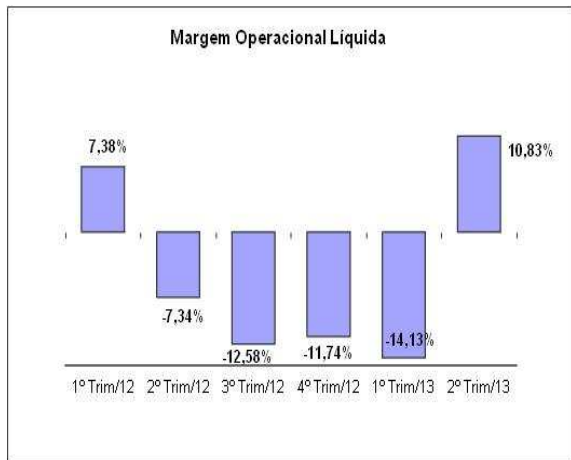
2.3. Endividamento



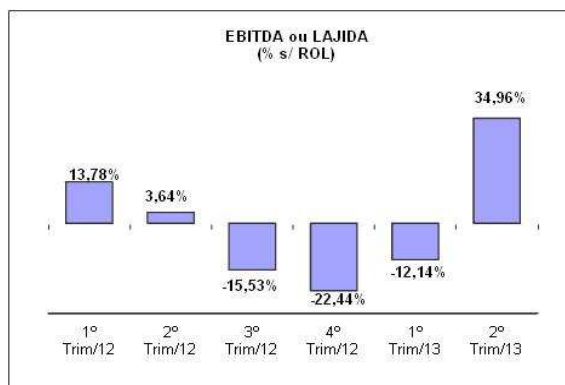
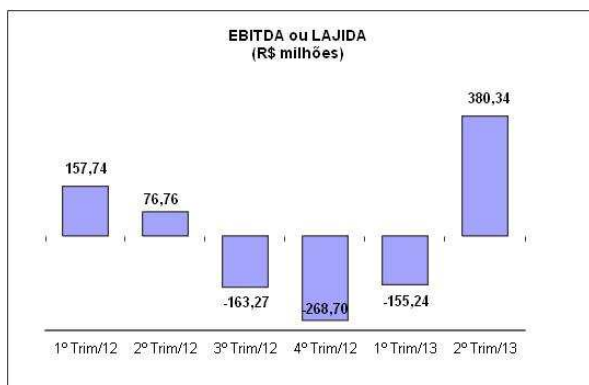
2.4. Rentabilidade



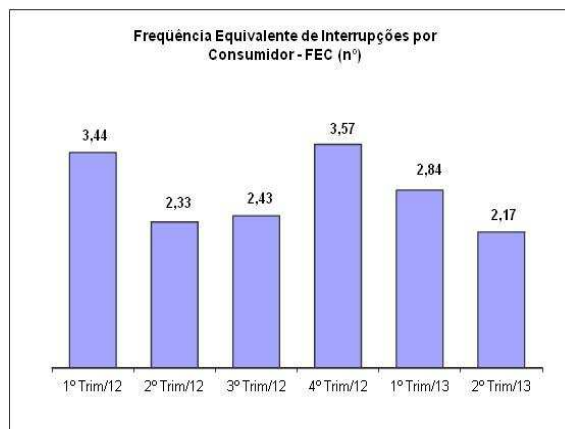
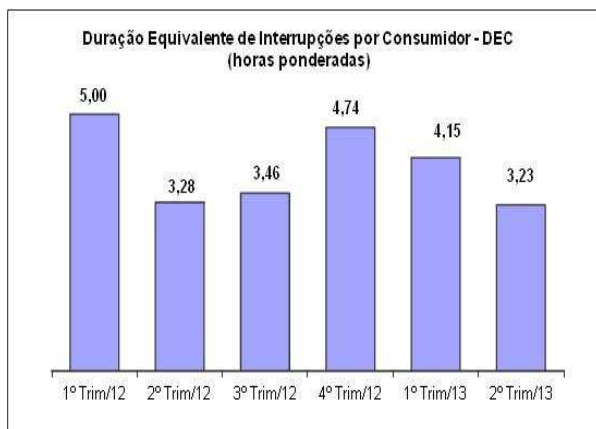
Outras Informações que a Companhia Entenda Relevantes



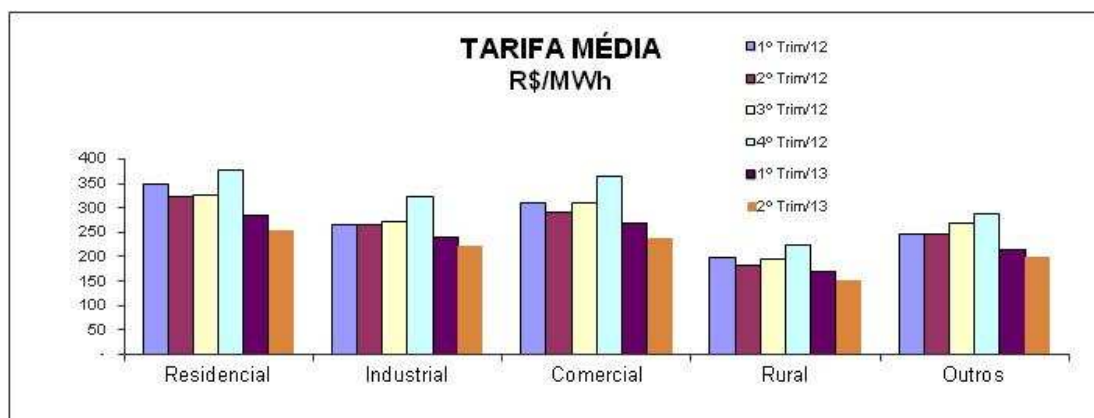
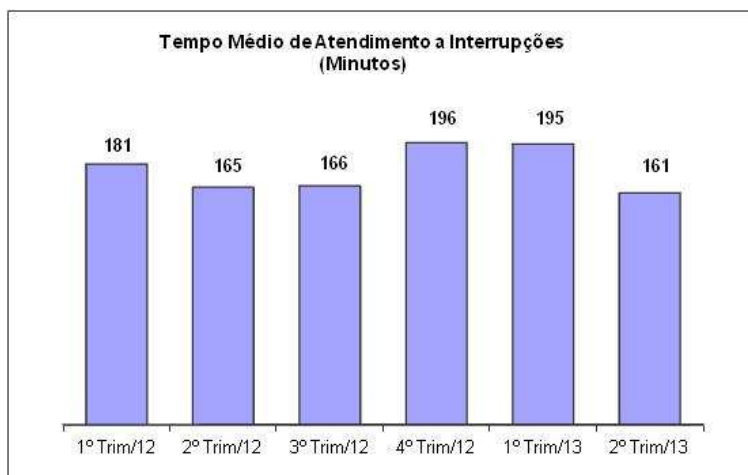
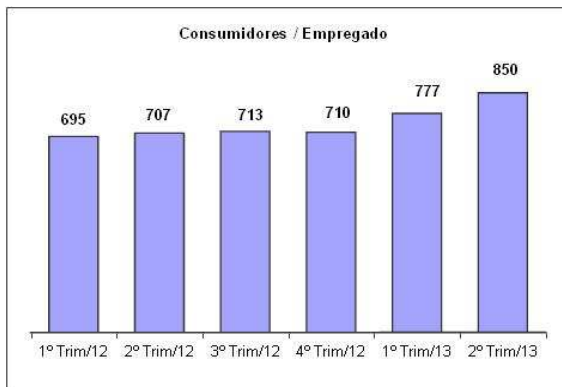
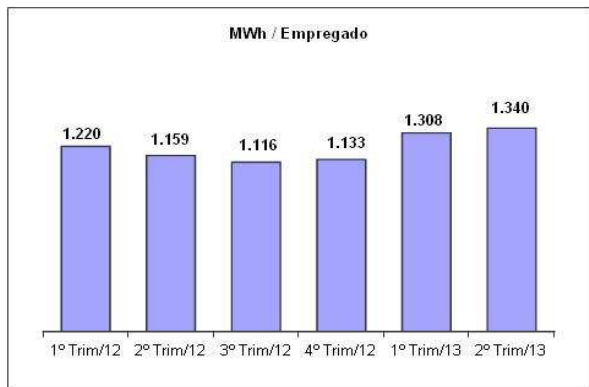
2.5. Ebitda ou Lajida



2.6. Eficiência



Outras Informações que a Companhia Entenda Relevantes



Pareceres e Declarações / Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva

Relatório sobre a revisão de informações trimestrais - ITR
Aos Conselheiros, Diretores e Acionistas da
Centrais Elétricas de Santa Catarina S.A.
Florianópolis - SC

Introdução

Revisamos as informações contábeis intermediárias, individuais e consolidadas, da Centrais Elétricas de Santa Catarina S.A. ("Companhia"), contidas no Formulário de Informações Trimestrais – ITR referente ao trimestre findo em 30 de junho de 2013, que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2013 e as respectivas demonstrações do resultado e do resultado abrangente para os períodos de três e seis meses findos naquela data e das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de seis meses findo naquela data, incluindo as notas explicativas.

A administração da Companhia é responsável pela elaboração das informações contábeis intermediárias individuais de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21(R1) – Demonstração Intermediária e das informações contábeis intermediárias consolidadas de acordo com o CPC 21(R1) e com a norma internacional IAS 34 – Interim Financial Reporting, emitida pelo International Accounting Standards Board – IASB, assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 - Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão sobre as informações intermediárias individuais

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias individuais incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21(R1) aplicável à elaboração de Informações Trimestrais - ITR e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários.

Conclusão sobre as informações intermediárias consolidadas

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias consolidadas incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21(R1) e o IAS 34 aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais - ITR e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários.

Ênfase

Reapresentação dos valores correspondentes

Conforme mencionado na nota explicativa 2.4, em decorrência da mudança de política contábil por conta da aprovação do Pronunciamento Técnico CPC 33(R1) – Benefícios a empregados, CPC 18 (R2) – Investimentos em coligada, em controladas e em empreendimentos controlados em conjunto e CPC 19 (R2) – Negócios em conjunto, os valores correspondentes, individuais e consolidados, relativos ao balanço patrimonial referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2012 e as informações contábeis correspondentes intermediárias relativas às demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido, dos fluxos de caixa e do valor adicionado (informação suplementar), referentes período de seis meses findo em 30 de junho de 2012,

apresentados para fins de comparação, foram ajustados e estão sendo reapresentados como previsto no CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro e CPC 26(R1) - Apresentação das Demonstrações financeiras. Nossa conclusão não contém modificação relacionada a esse assunto.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

Revisamos, também, as Demonstrações do valor adicionado (DVA), individuais e consolidadas, referentes ao período de seis meses findo em 30 de junho de 2013, preparadas sob a responsabilidade da administração da Companhia, cuja apresentação nas informações intermediárias é requerida de acordo com as normas expedidas pela CVM - Comissão de Valores Mobiliários aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais - ITR e considerada informação suplementar pelas IFRS, que não requerem a apresentação da DVA. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de revisão descritos anteriormente e, com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que não foram elaboradas, em todos os seus aspectos relevantes, de acordo com as informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Florianópolis, 13 de agosto de 2013

KPMG Auditores Independentes
CRC SC-000071/F-8

Claudio Henrique Damasceno Reis
Contador CRC SC-024494/O-1

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras

Declaração dos Diretores da Companhia sobre as Demonstrações Financeiras

Os diretores da Companhia declaram que examinaram, revisaram e concordam com todas as informações contidas nas Demonstrações Financeiras referentes às Informações Trimestrais da Celesc (individual e consolidada).

Cleverson Siewert
Diretor Presidente

Enio Andrade Branco
Diretor de Geração
e Transmissão

Clairton Belém da Silva
Diretor de Planejamento
e Controle Interno

Eduardo Cesconeto de Souza
Diretor Comercial

André Luiz Bazzo
Diretor de Gestão Corporativa

Antonio José Linhares
Diretor de Regulação de
Gestão de Energia

James Alberto Giacomazzi
Diretor de Distribuição

José Carlos Oneda
Diretor Econômico-Financeiro
Diretor de Relações com Investidores (Interino)

José Braulino Stähelin
Contador – CRC/SC 18.996/O-8

Florianópolis (SC), 14 de agosto de 2013.

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre o Relatório dos Auditores Independentes

Declaração dos Diretores da Companhia sobre o Relatório dos Auditores Independentes

Os diretores da Companhia declaram que examinaram, revisaram e concordam com a opinião dos auditores independentes da empresa KPMG Auditores Independentes, a respeito das Informações Trimestrais da Celesc (individual e consolidada).

Cleverson Siewert
Diretor Presidente

Enio Andrade Branco
Diretor de Geração
e Transmissão

Clairton Belém da Silva
Diretor de Planejamento
e Controle Interno

Eduardo Cesconeto de Souza
Diretor Comercial

André Luiz Bazzo
Diretor de Gestão Corporativa

Antonio José Linhares
Diretor de Regulação de
Gestão de Energia

James Alberto Giacomazzi
Diretor de Distribuição

José Carlos Oneda
Diretor Econômico-Financeiro
Diretor de Relações com Investidores (Interino)

José Braulino Stähelin
Contador – CRC/SC 18.996/O-8

Florianópolis (SC), 14 de agosto de 2013.